



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria da Saúde

**2º Seminário:
A Prática Colaborativa
Interprofissional**

Grupo Técnico Interprofissional - **GTI**
Campinas 10/08/2018 - **São Paulo 2023**

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO

2º Seminário: A Prática Colaborativa Interprofissional

Secretário de Estado da Saúde – SES/SP
Dr. Eleuses Paiva

Secretário Executivo
Dr. Sérgio Yoshimasa Okane

Chefe de Gabinete – SES/SP
Dr. Eudes Quintino de Oliveira Junior

Coordenadora do Grupo Técnico Interprofissional – SES/SP
Floracy Gomes Ribeiro

Vice Coordenador do Grupo Técnico Interprofissional – SES/SP
Marco Antonio de Moraes

Membro do Grupo Técnico Interprofissional – SES/SP
Natali da Silva Zancanella

CONSELHOS REGIONAIS DA ÁREA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO DE 2018

Conselho Regional de Biologia - CRBio

Titular: Horácio Manuel Santana Teles

Suplente: Ana Paula Geraldес Kataoka

Conselho Regional de Biomedicina - CRBm

Titular: Roberto Martins Figueiredo

Suplente: Maury Massani Tanji

Conselho Regional de Educação Física – CREF

Titular: Valquíria Aparecida de Lima,

Suplente: Erica Beatriz Lemes Pimentel Verderi

Conselho Regional de Enfermagem - COREN

Titular: Sergio Aparecido Cleto

Suplente: James Francisco Pedro dos Santos

Conselho Regional de Farmácia – CRF

Titular: Luciana Canetto Fernandes

Suplente: Vera Lúcia Rodrigues das Neves Hansen

Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO

Titular: Patrícia Rodrigues Rocha

Suplente: Ralf Braga Barroso

Conselho Regional de Fonoaudiologia – CRFa

Titular: Lucia Kasuko Nishino

Suplente: Cibele Siqueira

Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV

Titular: Mario Eduardo Pulga

Suplente: Leonardo Burlini Soares

Suplente: Anne Pierre Helzel

Conselho Regional de Nutrição - CRN

Titular: Vera Lucia Morais Antonio de Salvo

Suplente: Sueli Lisboa da Silva

Conselho Regional de Odontologia – CROSP

Titular: Marco Antonio Manfredini

Suplente: Fernando Morales Hirata

Conselho Regional de Química – CRQ

Titular: Andrea de Batista Mariano

Suplente: Juliana Rodrigues Pena de Carvalho

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pelo Centro de Documentação – Coordenadoria de Controle de Doenças/SES

©reprodução autorizada pelo autor, desde que citada a fonte

São Paulo (Estado) Secretaria da Saúde. Gabinete do Secretário.
2º Seminário: a prática colaborativa interprofissional – Campinas,
2018. São Paulo: Grupo Técnico Interprofissional, 2023.

80 p.; ilus

1. Relações interprofissionais/ética. 2. Práticas
interdisciplinares/tendências. 3. Práticas interdisciplinares/história. 4.
Práticas interdisciplinares/métodos. 5. Educação
interprofissional/tendências. 6. Educação interprofissional/ética. I. São
Paulo (Estado) Secretaria da Saúde. II. Título.

SES/CCD/CD 88/23

NLM WA18

Elaborada por Lilian N. Schiavon CRB 8/4083

Os direitos de uso deste material pertencem ao GTI da SES/SP. É permitida sua reprodução integral ou parcial, desde que citada a fonte, preservado o conteúdo e não tenha fins lucrativos.

Sumário

RESUMO EXECUTIVO DO RELATÓRIO DE CAMPINAS	6
MESA REDONDA SOBRE: "A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO INTERPROFISSIONAL E O DESAFIO NAS SUAS DIMENSÕES DE EDUCAÇÃO, PRÁTICA E REGULAÇÃO".	8
Discussão da Mesa da Manhã.....	9
OFICINA DE TRABALHO	10
"CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE AÇÕES PARA FORTALECER A ABORDAGEM INTERPROFISSIONAL PELA DRS CAMPINAS"	10
GRUPO DE TRABALHO: DIMENSÃO EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL.....	11
GRUPO DE TRABALHO: PRÁTICA COLABORATIVA INTERPROFISSIONAL.....	14
GRUPO DE TRABALHO: REGULAÇÃO	16
RESUMO - AGENDA DE TRABALHO	19
ANEXOS	20
Anexo 1. Apresentação na reunião da web conferência de Alinhamento	20
Anexo 2. Currículos dos Palestrantes	28
Anexo 3. Abertura do 2º Seminário: A Prática Colaborativa Interprofissional	33
Anexo 4. Aula sobre Educação Interprofissional	38
Anexo 5. Aula sobre Prática Interprofissional	46
Anexo 6. Aula sobre Regulação Interprofissional.....	51
Anexo 7. Aula de Apresentação da Oficina do 2º Seminário: A Prática Colaborativa Interprofissional	54
Anexo 8. Roteiro da Oficina.....	63
Anexo 9. Ferramentas da Oficina	66
Anexo 10. Textos Disparadores nas três dimensões: Educação, Prática e Regulação.	67
EDUCAÇÃO.....	67
PRÁTICA COLABORATIVA.....	71
REGULAÇÃO	73
Anexo 11. Programa do 2º Seminário: A Prática Colaborativa Interprofissional	76
Anexo 12. Convite do 2º Seminário: A Prática Colaborativa Interprofissional	77
Anexo 13. Certificado do 2º Seminário: A Prática Colaborativa Interprofissional....	78
Anexo 14. Fotos do 2º Seminário: A Prática Colaborativa Interprofissional.....	79

2º SEMINÁRIO SOBRE PRÁTICA COLABORATIVA INTERPROFISSIONAL (PCI)

RESUMO EXECUTIVO DO RELATÓRIO DE CAMPINAS

O Grupo Técnico Interprofissional (GTI) da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES/SP) criado pela Resolução SS nº 78, de 23-6-2014 tem como um de seus objetivos a articulação de ações educativas, de promoção de saúde e gestão de qualidade da assistência à saúde no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

Este seminário é fruto das recomendações do **1º Seminário sobre Prática Colaborativa Interprofissional (SPCI)** realizado em 26 de maio de 2017 no Centro de Convenções Rebouças. <http://ses.sp.bvs.br/lildbi/docsonline/get.php?id=6531>

Este relatório traz à tona como produto esperado a **consolidação e validação final de um documento norteador e agenda de trabalho** para Região de Campinas pela Diretoria Regional de Saúde (DRS) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Conselhos Regionais de Profissionais de Saúde.

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES/SP), assim como os Conselhos Regionais de Saúde promovem estes seminários com a finalidade de disseminar a **prática colaborativa interprofissional** em toda a rede de Saúde do Estado de São Paulo, pública e privada. Sendo assim, a visão é que os profissionais de saúde se tornem colaborativos, preparados para a prática. Para atingir essa visão para o futuro é necessário o desenvolvimento contínuo de competências interprofissionais de estudantes e profissionais de saúde, aprendendo a trabalhar juntos. Esta é uma estratégia inovadora visando cooperar com a Secretaria de Estado Saúde no desenvolvimento de políticas e programas motivadores da força de trabalho para uma atenção à saúde mais segura, altamente qualificada, acessível e centrada no paciente, em todas as fases da rede de assistência. Os Participantes do **2º Seminário sobre Prática Colaborativa Interprofissional (SPCI) aprovam o relatório de CAMPINAS, documento que estabelece as principais resoluções e propõe**

ações. O 2º Seminário Estadual do Grupo Técnico Interprofissional da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo denominado **“A Prática Colaborativa Interprofissional”**, foi realizado na Diretoria Regional de Saúde – DRS VII Campinas, no dia 10 de agosto de 2018, das 8h às 16h30min, na Av. Orosimbo Maia, 75 – Vila Itapura.

Esse evento foi o primeiro a ser realizado no interior, Coordenado pela professora Eliete Maria Silva, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, em conjunto com 13 Conselhos Regionais de Saúde do Estado de São Paulo (Conselho Regional de Biologia – CRBio; Conselho Regional de Biomedicina – CRBm; Conselho Regional de Educação Física – CREF; Conselho Regional de Enfermagem – COREN; Conselho Regional de Farmácia – CRF; Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO; Conselho Regional de Fonoaudiologia – CRFa; Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV; Conselho Regional de Nutrição – CRN; Conselho Regional de Odontologia – CROSP; Conselho Regional de Química – CRQ) em busca de ferramentas inovadoras a serem aplicadas para realização da prática interprofissional em nas áreas de saúde do Estado de São Paulo.

Para o devido alinhamento com toda comissão organizadora foi realizada uma Webconferência em 02/05/2017, que poderá ser vista em detalhes pelo link <http://webconferencia.saude.sp.gov.br/p5jken3x1q5/>

No período da manhã, foi realizada uma mesa redonda, com a presença de palestrantes com elevado conhecimento do tema, para discutir a interprofissionalidade em nas dimensões de educação, prática e regulação.

MESA REDONDA SOBRE: “A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO INTERPROFISSIONAL E O DESAFIO NAS SUAS DIMENSÕES DE EDUCAÇÃO, PRÁTICA E REGULAÇÃO”.

Coordenação: Fga. Cibele Siqueira.

Na **dimensão Educação** as professoras da UNICAMP **Eliete Maria Silva; Helenice Yemi Nakamura e Maria de Lurdes Zanolli** apresentaram o tema: *Formação Colaborativa Interprofissional*, com destaque para a necessidade da *formação no/para o SUS ser pautada pelas necessidades de saúde das pessoas e pela integralidade da atenção. Para tanto, requer uma formação interprofissional, humanista, técnica.* A legislação destacada na apresentação foi a Resolução Nº 569 –CNS (2018), que reafirma a prerrogativa constitucional do SUS em ordenar a formação dos(as) trabalhadores(as) da área da saúde e cita inúmeras vezes a atividade interprofissional. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2017/Reso569.pdf>

Na **dimensão da prática** tivemos a apresentação do **Edson Malvezzi**, da Secretaria Municipal de Saúde, com o tema *Atuação Interprofissional na Prática*, que reconheceu a *Prática Interprofissional Colaborativa* como importante e potente recurso mobilizador para a transformação da realidade, com foco no usuário e integralidade da atenção. Citou alguns espaços estratégicos de sua vivência como: *reunião geral de equipe; equipe de referência; apoio institucional; núcleo de saúde coletiva; educação em saúde; construção de rede*, onde pode ocorrer o trabalho colaborativo interprofissional. Também afirmou que *neste processo de **construção social**, assim como o desafio de **colocar em prática e ganhar repercussão**, está o de **aproximá-la** dos **espaços de formação** destes profissionais e de seus **marcos/órgãos regulatórios**.*

A apresentação sobre **Regulação Interprofissional** foi feita pelo **Dr Mauro Antônio Pires Dias da Silva**, que diferenciou os termos **regulação coletiva e regulação individual**. Sendo a coletiva aquela realizada pelos ministérios, com as suas

respectivas atribuições, e a regulação individual com normas, focadas nos direitos e deveres relacionados ao indivíduo. Dr Mauro também destacou o código de ética de cada profissão.

Informou que Conselho Nacional de Saúde, em 2006, através da Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde, reconheceu 14 profissões na área da saúde, com 13 Conselhos de Fiscalização, a saber: *Biologia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social*. Afirmou que em Janeiro de 2013, a obstetriz foi reconhecida como profissão, por meio de uma decisão judicial, somando-se 15 profissões, com direito de inscrição no COREN (ações profissionais diferentes do enfermeiro), direito adquirido por interpretação judicial da Lei nº 7498/86. Existem ainda, os cursos Técnicos e o Conselho Regional de Técnicos de Radiologia.

A competência dos conselhos profissionais é fiscalizar e normatizar o exercício das profissões, com vistas à proteção da sociedade, tanto dos leigos que passam por habilitados, como dos profissionais que atuam de forma antiética e/ou sem a devida capacitação técnica.

Frisou também que não devemos nos esquecer dos Ministérios de Saúde, Educação, Trabalho e Planejamento que também interferem diretamente nas profissões de Saúde, comumente de forma não articulada e constantemente geram conflitos, como por exemplo, na regulamentação do EAD de cursos de graduação na área da saúde. Afirmou também que as Políticas Públicas de Saúde do SUS devem seguir os interesses públicos.

Citou também o **Fórum dos Conselhos Atividade Fim da Saúde**, que discutem pautas comuns aos Conselhos Profissionais, de forma articulada, visando fortalecer a atuação dos diversos profissionais, considerando as políticas públicas de saúde vigentes.

Discussão da Mesa da Manhã

Dr. Mauro

Essa questão de teoria e prática é o grande desafio para a discussão da prática interprofissional. Formação individualista, centrada, construída nos seus direitos e poucos deveres como irá juntar tudo para fazer a prática interprofissional? Por sermos educados e construídos em uma lógica individualista isso será o grande desafio. Sentar-

se e discutir coletivamente sobre o assunto é a melhor opção, pois nenhuma legislação define, por exemplo, os procedimentos que deixem o enfermeiro privativo porque na prática os procedimentos são tão complexos que aquela legislação não dê conta. As discussões devem ser menos profundas e mais eficazes. O trabalho em equipe já se tem falado há 30 anos. Essas discussões servem para fazer esse tipo de aquecimento, mas temos que institucionalizar algum fórum para discutir algumas ações para implementar e concretizar.

Edson Malvezzi

Não podemos ser ingênuos a complexidade dificulta para isso temos que ter abordagens que enfrentem isso, não só para dentro das equipes, mas nas instituições também. Minha aposta é explicitar o óbvio, pois conhecemos as ferramentas, publicações. Mas, temos colocado pouco em reflexão. Poder criar valor para aquilo que a gente acredita. Pensar por que nos conselhos não incluem nas discussões: trabalhadores e usuários. Qual desenho que estamos fazendo para nossa própria sociedade, quando falamos de um SUS solitário e inclusivo sem a sociedade na discussão não avançamos.

Profa. Eliete: *As ferramentas de trabalho interprofissional não estão consolidadas e existem várias pessoas que nem conhecem essas ferramentas. As pessoas se limitam em pelo menos duas frentes que foram apresentadas aqui. É um desafio importante mudar as pessoas e, a partir daí, provocar as mudanças interprofissionais.*

OFICINA DE TRABALHO

“CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE AÇÕES PARA FORTALECER A ABORDAGEM INTERPROFISSIONAL PELA DRS CAMPINAS”

Coordenação: Profa. Erica Verderi

Facilitador:

Educação:

1. Prof Dra Dalvani Marques –
2. Prof Dra Débora de Souza Santos

Prática:

3. Enf. Jéssica de Aquino Pereira –
6. Renata Lucia Gigante, MS

Regulação

4. Enf. Jennifer Bazilio –

Monitores – GTI

Educação: James Francisco Pedro dos Santos – COREN

Prática – Roberto Martins Figueiredo - CRBm

Regulação – Andrea Batista de Mariano – CRQ

À tarde, a oficina de trabalho teve como objetivo construir uma agenda de ações para fortalecer a abordagem interprofissional para fortalecer a abordagem interprofissional na DRS Campinas.

O Produto esperado na oficina: *Consolidação e validação final o documento norteador obtido pelo consenso pelos participantes e organizadores do evento será realizado uma ampla divulgação nos meios de comunicação da SES/SP e dos Conselhos Regionais.*

As dimensões trabalhadas nas oficinas foram:

1. Educação Interprofissional
2. Prática Colaborativa Interprofissional
3. Regulação

GRUPO DE TRABALHO: DIMENSÃO EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL

Facilitadoras: Dalvani e Débora (Docentes Enfermagem Unicamp)

Participantes: Mariana (Enfermeira da Pós Enfermagem Unicamp), Edinês (Docente Enfermagem Unicamp), Cesar (Nutricionista Docente PUC Santos e Membro CFN), Fabio Menezes (Medico Cirurgião, Coordenador Associado Graduação Medicina Unicamp), Eliete (Docente Enfermagem Unicamp), Lisamara (Docente USF Bragança/ SMS Bragança), (IAL Vigilância em Arboviroses e Membro Conselho Biologia), Luiza Macedo (Conselho Fonoaudiologia), Geowanna (Docente Enfermagem PUC-Campinas Enfermagem e Tutora Res Multi Saúde Criança), Gamaliel (Psicólogo Clínico e Membro do CRP), Fernanda (Doutoranda Enfermagem Unicamp)

Coordenação do Grupo: Professora Edinês de Brito Guirardello

Relatora do Grupo: Alóide Ladeia Guimarães.

- A. Leitura do Texto
- B. Discussão do roteiro proposto:
 1. O que é Prática Colaborativa Interprofissional na Educação?

Na prática hospitalar é percebido que a experiência cotidiana dos profissionais de enfermagem possibilita avançar no cuidado, quando há identificação de sinais de que o paciente está entrando em sofrimento, porém há uma dificuldade de escuta pelas outras profissões. Preocupação relacionada ao fato de haver distância entre a educação e a prática cotidiana. Percebemos que no caminhar da discussão, estávamos dialogando sobre a prática ao invés da Educação, então, mudamos o percurso com uma pergunta mais clara para o grupo:

2. O que é Educação Interprofissional para a Prática Colaborativa?

- **Formar** os diferentes profissionais de saúde em conjunto e com atuação compartilhada, focada na integralidade do cuidado.
- É o processo educativo que coloca o usuário/paciente/educando na centralidade;
- Formar profissionais para fazer os diferentes diagnósticos, dialogando entre si;
- Espaços de formação sobre as diferentes profissões e papéis de cada uma;
- Formar para além do que acontece no cotidiano, onde a prática interprofissional ainda não é efetiva;
- Ampliar o enfoque para a **Saúde** e não somente na Doença.
- Colocar o **foco na integralidade do cuidado ao usuário**, de forma que a necessidade de **atuar em parceria** com as outras profissões surgissem desde o ambiente de formação.
- Aprendizagem significativa, formando profissionais atentos à saúde e não à doença, incluindo o autocuidado.
- Conscientizar a diversidade das dimensões da Saúde e as diferentes necessidades para uma atenção ou restauração da integralidade da Saúde, reconhecendo o valor das diferentes áreas de atuação, levando ao trabalho em equipe harmônico e eficiente.
- Ensinar o profissional a alcançar o diálogo com os demais profissionais da Saúde para promover a saúde integral dos usuários, famílias e coletivos.

Por que fazer?

- Porque o **sujeito do cuidado** não é um ser compartimentado, **mas integral**; desta forma necessita-se de profissionais com competências para a prática colaborativa que resulte no cuidado integral.
- Porque estamos vivenciando momentos de mudanças culturais.
- Para que haja rupturas com as relações de **poder e hierárquicas** entre as diferentes profissões.
- Para que os profissionais atuem de forma protagonista rompendo com a alienação na relação entre as diferentes profissões.

GRUPO DE TRABALHO: DIMENSÃO EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL

ESTRATÉGIAS	AÇÃO	FATORES POSITIVOS	FATORES QUE COMPROMETEM
Ensino Integrado na área da saúde	Desenvolver disciplinas comuns no ciclo básico dos Cursos	Linguagem uniforme; compartilhamento de conhecimentos; quebra de relações hierárquicas; integração entre as diferentes profissões;	Rigidez das Instituições de Ensino; Falta de docentes e preceptores preparados para estas ações; Cobrança em relação à produção científica dos docentes;
	Desenvolver estágios integrados em todas as etapas		Falta de docentes e preceptores preparados para estas ações;
	Realizar trabalho de conclusão de curso (TCC) em conjunto		Falta de docentes e preceptores preparados para estas ações;
	Promover a reforma curricular de todos os Cursos		Falta de docentes e preceptores preparados para estas ações;
	Sensibilizar as Instituições de Ensino Superior (IES) para a Formação Interprofissional e Colaborativa		Falta de docentes e preceptores preparados para estas ações;
Educação Permanente em Saúde (EPS). para a prática interprofissional colaborativa	Formar preceptores para atuar na perspectiva da Educação Interprofissional Colaborativa.		
	Desenvolver ações de EPS junto às equipes das unidades de saúde onde se realizam os estágios		Falta de docentes e preceptores preparados para estas ações;

GRUPO DE TRABALHO: PRÁTICA COLABORATIVA INTERPROFISSIONAL

O que é?

Essa prática pode ser aplicada na saúde pública e outros seguimentos, como indústrias, laboratórios e outros. Em qualquer lugar onde há mais de uma pessoa.

Representa a atuação de diferentes profissionais com objetivos comuns de qualificar o cuidado.

Depende da articulação da expertise dos profissionais, considerando interdependência, integração e complementariedade.

Por que fazer?

Aumenta a efetividade da assistência;

Promove a integralidade do cuidado;

Diminui a rotatividade;

Deve partir da necessidade do usuário;

Melhora a satisfação do profissional;

E promove o aprendizado dos profissionais.

GRUPO DE TRABALHO: PRÁTICA COLABORATIVA INTERPROFISSIONAL

Plano de Ação			
Estratégia	Ação	Fatores Positivos (Vantagens, potenciais)	Fatores que comprometem (Desvantagens, limitações, dificuldades)
<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a comunicação entre profissionais; - Clínica ampliada; - Cogestão e apoio gestor; -Educação permanente; - Escuta qualificada; -Fortalecimento vínculo; - Formação de redes e serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> - Matriciamento; - Estudo de caso; - Visita multiprofissional; - Orientação de alta coletiva; - Agenda e atendimento compartilhados; -Reunião periódica em equipe; - Acolhimento; - Colegiado de gestores; - Protocolos "vivos" com adequação nas necessidades momentâneas; - Projetos Terapêuticos Singular e Coletivo quando for necessário e pertinente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ouvir o outro; - Definir objetivos comuns; - Aprendizado em processo; - Políticas públicas que fortalecem esse processo; - Política Nacional de Humanização (PNH); - Educação Permanente em Saúde (EPS); - Programa de Educação pelo Trabalho (PET); - Núcleo de Atenção Saúde da Família (NASF). 	<ul style="list-style-type: none"> - Relação de poder desigual e hierárquica entre as profissões; - Dificuldade da inclusão do médico; - Trabalho uni profissional: dificuldade de sair da zona de conforto; - Hegemonia do modelo biomédico; - Formação não trabalha em parceria, enfocando as profissões como complementares; - Conselhos profissionais tem atuação com ênfase em aspectos corporativos; - Dimensionamento de pessoal insuficiente.

GRUPO DE TRABALHO: REGULAÇÃO

O que é?

Atendimento com foco no paciente de forma humanizada, colaborativa, segura e resolutiva. Deve ser norteada de forma clara e acessível em todos os níveis.

Por que fazer?

1. Agilizar atendimentos;
2. Implementar qualidade e segurança do atendimento;
3. Otimizar atendimentos com foco no paciente, família e comunidade.

GRUPO DE TRABALHO: REGULAÇÃO

Plano de Ação			
Estratégia	Ação	Fatores Positivos (Vantagens, potenciais)	Fatores que comprometem (Desvantagens, imitações, dificuldades)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação de grupos de trabalhos da região DRS7 com reuniões periódicas. 2. Intensificar a proximidade do conselho com a prática. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reunir grupos com a presença de profissional dos municípios, conselhos, gestores e universidades que estejam implicados em educação permanente, integração, ensino e serviço. 2. Instituição de uma câmara técnica nos conselhos para discutir a prática colaborativa interprofissional. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação dos profissionais de graduação e pós-graduação dentro da prática colaborativa e educação permanente de profissionais. 2. Participação do Conselho para que a regulação fique mais próxima da realidade. 3. Regras claras, mais articuladas com as práticas. 4. Fiscalizações mais focadas na orientação. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dificuldade para reunir profissionais; 2. Grande número de pessoas envolvidas; 3. Processos de trabalho não favoráveis. 4. Pouca participação dos profissionais; 5. Recursos humanos e financeiros.

DIMENSÃO	AÇÃO PROPOSTA	RESPONSÁVEL	STATUS
Educação Interprofissional	1. Desenvolver disciplinas comuns no ciclo básico dos Cursos	PROFESSORES DA UNICAMP	
Educação Interprofissional	2. Desenvolver estágios integrados em todas as etapas	PROFESSORES DA UNICAMP	
Educação Interprofissional	3. Realizar TCC em conjunto	PROFESSORES DA UNICAMP	
Educação Interprofissional	4. Promover a Reforma Curricular de todos os Cursos	PROFESSORES DA UNICAMP	
Educação Interprofissional	5. Sensibilizar as IEs para a Formação Interprofissional e Colaborativa	PROFESSORES DA UNICAMP	
Educação Interprofissional	6. Formar preceptores para atuar na perspectiva da EIC	PROFESSORES DA UNICAMP	
Educação Interprofissional	7. Desenvolver ações de EPS junto às equipes das unidades de saúde onde se realizam os estágios	PROFESSORES DA UNICAMP	
Prática Colaborativa Interprofissional	8. Matriciamento	DRS CAMPINAS	
Prática Colaborativa Interprofissional	9. Estudo de caso	DRS CAMPINAS	
Prática Colaborativa Interprofissional	10. Visita multiprofissional	DRS CAMPINAS	
Prática Colaborativa Interprofissional	11. Orientação de alta coletiva	DRS CAMPINAS	
Prática Colaborativa Interprofissional	12. Agenda e atendimento compartilhados	DRS CAMPINAS	
Prática Colaborativa Interprofissional	13. Reunião periódica em equipe	DRS CAMPINAS	
Prática Colaborativa Interprofissional	14. Acolhimento	DRS CAMPINAS	
Prática Colaborativa Interprofissional	15. Colegiado de gestores	DRS CAMPINAS	
Prática Colaborativa Interprofissional	16. Protocolos "vivos" com adequação nas necessidades momentâneas	DRS CAMPINAS	
Prática Colaborativa Interprofissional	17. Projeto Terapêutico Singular e Coletivo quando for necessário e pertinente	DRS CAMPINAS	

RESUMO - AGENDA DE TRABALHO:

AÇÕES ESTABELECIDAS PELOS GRUPOS DE TRABALHO NAS DIMENSÕES EDUCAÇÃO, PRÁTICA COLABORATIVA E REGULAÇÃO PARA A REGIÃO DE CAMPINAS PELA DIRETORIA REGIONAL DE SAÚDE (DRS), UNIVERSIDADE DE CAMPINAS E CONSELHOS REGIONAIS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE.

A conclusão do seminário pode assim ser resumida (conforme quadro abaixo) em ações para implantação de uma agenda de trabalho.

DIMENSÃO	AÇÃO PROPOSTA	RESPONSÁVEL	STATUS
Regulação Interprofissional	18. Reunir grupos com a presença de profissional dos municípios, conselhos, gestores e universidades que estejam implicados em educação permanente, integração, ensino e serviço	DRS CAMPINAS	
Regulação Interprofissional	19. Instituição de uma câmara técnica nos conselhos para discutir a prática colaborativa interprofissional	GTI – ENCAMINHAR PARA FORÚM DOS CONSELHOS	

ANEXOS

Anexo 1. Apresentação na reunião da web conferência de Alinhamento



AGENDA

AGENDA

1. Boas-vindas e Apresentação dos Participantes
2. Apresentação do Grupo Técnico Interprofissional, breve apresentação da Programação do Seminário e estratégias de mobilização.
3. Sobre a mesa-redonda da manhã:
 1. Apresentação da dinâmica do Seminário;
 2. Comentários dos palestrantes sobre a programação da manhã.
4. Apresentação do Roteiro da Oficina de Trabalho:
 - Discussão do papel do Facilitador e Monitor;
 - Discussão sobre o processo de validação.

SECRETARIA DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO – GTI

Resolução SS nº 78, de 23/06/2014

Nº 115 – DOE de 24/06/14 – Seção 1 p. 23

- Constitui o Grupo Técnico Interprofissional – GTI, visando à *articulação de ações educativas, de promoção de saúde e gestão de qualidade da assistência à saúde no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.*

Convite 2º Seminário “A Prática Colaborativa Interprofissional”

The image is a flyer for a seminar. It features a blue border and a central graphic of five stylized human figures in various colors (green, blue, brown, yellow, red) holding hands in a circle, with a large, faint heart shape behind them. In the bottom left corner, there is a small graphic of the Brazilian flag. The text is arranged in a clean, professional layout.

2º Seminário:
A Prática Colaborativa Interprofissional

GOVERNO DO ESTADO SAO PAULO
Secretaria de Estado da Saúde

Secretaria de Estado da Saúde
Convida para o Evento:

2º Seminário:
A Prática Colaborativa Interprofissional

Local: DRS VII Campinas
Data: 10/08/2018
Horário: 8h às 16:30h
Avenida Orosimbo Maia, 75
Vila Itapura - Campinas - SP

GRUPO TÉCNICO INTERPROFISSIONAL

Os Objetivo do Seminário Campinas

Objetivo do Seminário em Campinas :

Sensibilizar e promover dialogo das dimensões interprofissionais entre os integrantes das Profissões da área de Saúde permitindo aos participantes da DRS de Campinas e Conselhos serem parte integrante na disseminação da importância da integração interprofissional e no desafio das suas dimensões de educação, prática e regulação.

PRO
GRA
MAÇÃO

2º Seminário:

A Prática Colaborativa


Interprofissional


Local:
DRS VII Campinas


Data:
10/08/2018

Horário:
8h às 16:30h

Horários	Atividade
8h 8:30h 8:30h 8:45h	RECEPÇÃO E ENTREGA DO MATERIAL ABERTURA Diretora da Diretoria Regional de Saúde - DRS 7 Campinas: Dra. Renata Pinovelli, Coordenadora do Grupo Técnico Interprofissional - GTI: Dra. Floracy Gomes Ribeiro Coordenadora Geral do Seminário: Professora Eliete Maria Silva
8:45h 11h	MESA REDONDA "A importância da integração interprofissional e o desafio das suas dimensões de educação, prática e regulação". Coordenação: Fga. Cibele Siqueira CRFA
8:50h 9:20h	EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL Professora Eliete Maria Silva, Maria de Lourdes Zanelli e Heleneia Yemi Nakamura - UNICAMP
9:20h 9:50h 9:50h 10:20h 10:20h 10:50h	ATUAÇÃO INTERPROFISSIONAL NA PRÁTICA Edson Malvezzi - Secretaria Municipal de Saúde de Campinas COFFEE BREAK REGULAÇÃO INTERPROFISSIONAL Mauro Antonio Pires Dias da Silva UNICAMP
10:50h 12h 12h 13:30h 12:30h 16:30h	DEBATE ALMOÇO OFICINA DE TRABALHO - METODOLOGIAS ATIVAS "Construção de uma agenda de ações para fortalecer a abordagem interprofissional para DRS Campinas" Coordenação: Prof.ª Erica Verdini Facilitadores: Educação - Prof.ª Dra. Daviani Mariani UNICAMP e Prof.ª Dra. Debora de Souza Santos UNICAMP Prática - Dr.ª Jessica de Aquino Pereira UNICAMP e Renata Lucio Oliveira UNICAMP Regulação - Enf.ª Jennifer Baglio UNICAMP Monitores GTI: Educação - James Francisco Peitro dos Santos - COREN Prática - Roberto Martins Figueiredo - CRM Regulação - Andria Batista de Mariano - CRG
DETALHAMENTO DA OFICINA 13h30 às 15h45 Abordagem Metodológica 15h45 às 16h30 Discussão em Grupo 16h30 às 16h30h	ENCERRAMENTO COMISSÃO ORGANIZADORA: Coordenadora Geral do Seminário: Professora Eliete Maria Silva Coordenadora do GTI: Dra. Floracy Gomes Ribeiro Coordenadora Mesa Redonda: Fga. Cibele Siqueira Coordenadora Oficina: Prof.ª Erica Verdini







2º Seminário:
A Prática Colaborativa
Interprofissional

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria da Saúde

Secretaria de Estado da Saúde
Convida para o Evento:

2ª Seminário:
A Prática Colaborativa
Interprofissional

Local: DRS VII Campinas
Data: 10/08/2018
Horário: 8h às 16:30h
Avenida Orosimbo Maia, 75
Vila Itapura - Campinas - SP

GRUPO TÉCNICO
INTERPROFISSIONAL

Convite 2º Seminário “A Prática Colaborativa Interprofissional”

2º Seminário “A Prática Colaborativa Interprofissional”

Mesa de abertura (participação Dra. Mirella Povinelli ; Dra. Floracy Gomes e Professora Eliete Maria Silva)

Participantes: 70 pessoas (3 por Conselho, 12 UNICAMP e 12 do DRS VII)

Programação:

Manhã: Mesa-redonda Experts

Tarde: Oficina de Trabalho.

AGENDA	1. Boas-vindas e Apresentação dos Participantes
	2. Apresentação do Grupo Técnico Interprofissional, breve apresentação da Programação do Seminário e estratégias de mobilização.
	3. Sobre a mesa-redonda da manhã: <ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação da dinâmica do Seminário; 2. Comentários dos palestrantes sobre a programação da manhã.
	4. Apresentação do Roteiro da Oficina de Trabalho: <ul style="list-style-type: none"> Discussão do papel do Facilitador e Monitor; Discussão sobre o processo de validação.

<p>2º Seminário “A Prática Colaborativa Interprofissional” Sobre a mesa-redonda da manhã</p> <p>Coordenadora da mesa: Fga. Cibeli Siqueira - CRFa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Três palestrantes com 30 minutos de apresentação para cada e 70 minutos de discussão com a plateia (as perguntas serão feitas diretamente ao palestrante pela plateia). <p>Comentários dos palestrantes sobre a programação da manhã.</p> <p>No final, o coordenador apresenta uma conclusão, representando a maioria das opiniões e que é submetida à aprovação do grupo e anexada ao documento final juntamente com o trabalho da Oficina.</p>
--

AGENDA	1. Boas-vindas e Apresentação dos Participantes
	2. Apresentação do Grupo Técnico Interprofissional, breve apresentação da Programação do Seminário e estratégias de mobilização.
	3. Sobre a mesa-redonda da manhã: <ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação da dinâmica do Seminário; 2. Comentários dos palestrantes sobre a programação da manhã.
	4. Apresentação do Roteiro da Oficina de Trabalho: <ul style="list-style-type: none"> Discussão do papel do Facilitador e Monitor; Discussão sobre o processo de validação.

OFICINA DE TRABALHO:**13:30 às 16:30****Construir uma agenda de ações para fortalecer a abordagem interprofissional entre os conselhos no GTI.****Coordenadora: Profa. Erica Verderi - CREF****FACILITADORES:****Educação:** Prof Dra Dalvani Marques – UNICAMP e Prof Dra Débora de Souza Santos - UNICAMP**Prática:** Enf. Jéssica de Aquino Pereira – UNICAMP e Renata Lucia Gigante, MS – UNICAMP**Regulação:** Enf. Jennifer Bazilio – UNICAMP**MONITORES:****Dimensão Regulação** – Andrea Batista de Mariano – CRQ**Dimensão Educação** – James Francisco Pedro dos Santos – COREN**Dimensão Prática** – Roberto Martins Figueiredo - CRBm**Trabalho em Grupos/ Discussão/ Consolidação**

Diferentes papéis do envolvidos

- Monitor:

- . Apoiar o Facilitador;
- . Manter a harmonia no Grupo;
- . Providenciar material de apoio.

- Coordenador:

- . Cronometrar o tempo das atividades do grupo;
- . Ajudar nas discussões do Grupo;
- . Impedir que o grupo fuja de seus objetivos.

- Relator:

- . Escrever as principais decisões do grupo;
- . Relatar as decisões do grupo em apresentação na plenária.

- Participantes:

- . Discutir sobre as estratégias para o desenvolvimento das ações do CR da área da saúde e do GTI em relação a Prática Colaborativa Interpessoal no Estado.

**2º Seminário:
A Prática Colaborativa Interprofissional ^{M1}**

Produto da Oficina: Após **consolidação e validação** final o documento norteador **obtido pelo consenso dos participantes e organizadores** do evento será realizado uma ampla **divulgação nos meios de comunicação** da DRS e SES-SP e dos Conselhos Regionais.



OBRIGADA

DRA FLORACY GOMES RIBEIRO
ASSESSORIA TÉCNICA DO GABINETE DO SECRETÁRIO
fgribeiro@saude.sp.gov.br

Anexo 2. Currículos dos Palestrantes

Dra. Floracy Gomes Ribeiro

Enfermeira

Doutora em Ciências pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Mestre em Administração Em Serviços de Enfermagem pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo; Graduação em Enfermagem pela Universidade Estadual de Londrina- PR; Integrative *Nurse Coach Certificate Program* pela *International Nurse Coach Association* em Nova York- EUA, *Life Coach*, *Coach* Executivo, *Líder Coach*, *Master Coach*, formação na Sociedade Latino-Americana de *Coaching*.

Atualmente: Coordenadora do Grupo Técnico de Estudo de Desospitalização (GTED); Coordenadora do Grupo Técnico Interprofissional (GTI) da Assessoria Técnica do Gabinete do Secretário de Estado da Saúde de São Paulo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8272566918144171>

Dr. Marco Antonio de Moraes

Enfermeiro, Doutor e Mestre em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Especialista em Enfermagem do Trabalho e Saúde Pública pela UNICAMP, Recursos Humanos em Saúde pela FIOCRUZ-BIOMANGUINHOS – RJ e Administração Hospitalar pela UNAERP;

Atualmente:

1. Diretor Técnico de Saúde e Enfermeiro Sanitarista da Divisão de Doenças Crônicas Não Transmissíveis da Secretaria de Estado da Saúde;
2. Vice Coordenador do Grupo Técnico Interprofissional da SES/SP.
3. Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Nacional de Enfermagem do Trabalho – ANENT;
4. Professor de Pós-Graduação em Enfermagem do Trabalho no Centro Universitário São Camilo,

Palestrantes

Profa. Dra. Eliete Maria Silva

Graduação em Enfermagem pela Universidade de São Paulo (1984), mestrado em Enfermagem Psiquiátrica pela Universidade de São Paulo (1991), doutorado em Enfermagem pela Universidade de São Paulo (1997) e Livre docência (2008) no Departamento de Enfermagem da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente trabalho como Professora Associada na Faculdade de Enfermagem da Unicamp, principalmente com os seguintes temas:

enfermagem, práticas de enfermagem, processo de trabalho em saúde, pesquisa e formação, supervisão em enfermagem, práticas de saúde pública e práticas integrativas e complementares. Pesquisadora e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Práticas de Enfermagem e Saúde (GEPEPES). Participo da Associação Brasileira de Enfermagem.

Profa. Dra MARIA DE LURDES ZANOLLI

Professora Doutora II do Departamento de Pediatria da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. Médica Pediatra, sanitarista com extensão em Planejamento em Saúde.

Atuação na área de Pediatria Social na Graduação de Medicina, nas Residências Médicas em Pediatria e em Medicina de Família e Comunidade; na Integração Ensino-Serviço; Professora dos Programas: de Pós-graduação em Saúde da Criança e do Adolescente (mais na Linha de Pesquisa: Políticas e Práticas de Atenção à Criança e ao Adolescente) e de Pós-Graduação em Clínica Médica na Área de Concentração Ensino em Saúde.

Helenice Yemi Nakamura

Possui graduação em Fonoaudiologia, mestrado em Ciências Médicas na área de Neurologia pela UNICAMP e doutorado em Ciências Biomédicas pela UNICAMP. Especialista em Ativação de Processo de Mudança na Formação Superior dos Profissionais da área de Saúde pelo Ministério da Saúde - Fiocruz - Rede Unida (2006). Atualmente é docente do curso de graduação em Fonoaudiologia e no Programa de Pós-graduação Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação da Universidade Estadual de Campinas. Participou do Pró-Saúde II, PET Saúde da Família em projeto integrado com a Enfermagem e na coordenação do PET Saúde GraduaSUS da Fonoaudiologia. Atua nas áreas de Audiologia Clínica e Saúde do Trabalhador com estágios na rede SUS de Campinas.

Edson Malvezzi

Graduação em Terapia Ocupacional (1986) e Ciências Econômicas (2010) pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP). Mestre em Saúde Coletiva (2014) na área de concentração de Gestão de Tecnologia, Inovação e do Conhecimento em Saúde pelo Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa (SP). Doutorando em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de São Carlos (SP). Experiência na área de Gestão e Planejamento de Serviços e Sistemas Públicos de Saúde e na área de Educação em Saúde com ênfase em Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem. Atualmente Apoio Técnico do Departamento de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8828325395421877>

Prof. Dr. Mauro Antônio Pires Dias da Silva

Enfermeiro formado na Escola de Enfermagem da USP. Licenciatura em Enfermagem pela Faculdade de Educação da USP. Habilitação em Saúde Pública pela Escola de

Enfermagem da USP. Mestrado em História e Filosofia da Educação na PUC - São Paulo. Doutorado em Psicologia da Educação na PUC - São Paulo. Professor aposentado da Faculdade de Enfermagem da UNICAMP. Pesquisa e trabalha com as áreas da ética e da educação em Enfermagem. Ex-Presidente do Conselho Regional de Enfermagem na gestão 2012-2014. Ex- Presidente do Conselho Regional de Enfermagem na Gestão 2014-2017.

Facilitadores

Enf^a Jennifer Bazilio

Doutoranda em Enfermagem - Unicamp, Mestre em Enfermagem - Unicamp, Especialista em Saúde Pública Pós-graduada em Docência em Enfermagem, Facilitadora em Educação Permanente Secretaria de Saúde de Paulínia.

Renata Lúcia Gigante: Possui graduação em Enfermagem pela Universidade de São Paulo Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (1985). Mestre em Saúde Coletiva pelo Departamento de Saúde Coletiva da UNICAMP na Área de Política, Planejamento e Gestão. Sanitarista, psicodramatista socioeducacional, apoiadora da Política Nacional de Humanização. Trabalha há 30 anos no SUS Campinas tendo atuado em UBS, VISA, Gestão local e regional e no Hospital Municipal Dr. Mário Gatti (na área de Desenvolvimento de Pessoal e no Núcleo de Ensino e Pesquisa). Atualmente é enfermeira do Distrito de Saúde Leste de Campinas, atuando como apoiadora institucional. Tem experiência na área de Gestão e Educação, com ênfase em Educação Permanente e metodologias ativas de ensino aprendizagem.

Endereço para acessar Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2971389948595421>

Dalvani Marques

Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual de Campinas (1994), Mestre em Enfermagem pela Universidade Estadual de Campinas (2003) e Doutora em Enfermagem pela Universidade de São Paulo (2008). Especializou-se em Saúde Pública (1999) e em Saúde da Família (2005). Atualmente é Professora Doutora da Faculdade de Enfermagem da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Saúde Coletiva e Saúde da Família, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho da enfermagem, gênero, saúde coletiva e saúde da família. (Texto informado pelo autor)

Prof Dra Débora de Souza Santos

Possui graduação e mestrado em Enfermagem pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em Enfermagem pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: modelo de atenção à saúde, processo de trabalho, educação permanente, promoção da saúde, interdisciplinaridade e educação em saúde. Atuou como professora da graduação e do mestrado em Enfermagem na Escola de Enfermagem e Farmácia da Universidade Federal de Alagoas (2008-2017); como tutora do PET-Saúde (2009-2017); e como líder

do grupo REDE de Pesquisa e Prática em Trabalho, Educação e Saúde Coletiva, cadastrado no diretório do CNPq (2014-2017). Atualmente, professora doutora MS 3.1 da Faculdade de Enfermagem da Universidade Estadual de Campinas. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Práticas de Enfermagem e Saúde - GEPEPES, cadastrado no diretório do CNPq. Pesquisadora do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (UFMG/MS/FM/NESCON/PMAQ 3 CICLO SAO PAULO). (Fonte: Currículo Lattes)

Prof Dra Débora de Souza Santos

Bacharelado em Enfermagem pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Bolsista PROUNI integral (2014). Integrante/Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Enfermagem da PUC Campinas (2012-2014). Pós-graduação Lato Sensu em Enfermagem do Trabalho (2015-2016). Mestrado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP vinculada à área de concentração denominada "Enfermagem e Trabalho". Bolsista CNPq.

Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Práticas de Enfermagem e Saúde: GEPEPES da UNICAMP (2015-atual). Docente de aula prática e teórica na Escola TRIANON Campinas (2016-2017). Linhas de pesquisa: Gerenciamento da Assistência de Enfermagem; Organização dos Serviços de Saúde e enfermagem; Saúde do Adulto e idoso; Saúde Coletiva. (Texto informado pelo autor)

Monitores

Roberto Martins Figueiredo

O biomédico e consultor Roberto Martins Figueiredo, uma das principais autoridades brasileiras em saúde pública e um dos maiores especialistas em higiene de alimentos, é especializado em Saúde Pública e em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em Engenharia da Qualidade (Controle de Processos e Auditorias) pela Universidade de São Paulo (USP). Apresentou o quadro Dr. Bactéria, no Fantástico, programa da Rede Globo.

"Dr Bactéria no Hoje em Dia e no Tudo e Possível na Rede Record de TV e atualmente é contratado do Departamento de Jornalismo da Rede Record de TV. Roberto também é diretor técnico da Microbiotécnica, Centro de Assessoria em Higiene e Saneamento Ambiental onde são realizadas pesquisas e análises de alimentos, utensílios e equipamentos, atendendo a indústrias de alimentos, cozinhas industriais e restaurantes.

Além disso, é instrutor em cursos de pós-graduação e Palestrante por Todo o Brasil Consultor da Rádio Jovem Pan, Roberto Figueiredo Possui 5 livros publicados: "Programa de Redução de Patógenos" - Ed. Manole, "Como não Comer Fungos, Bactérias e outros Bichos que fazem Mal" - Ed. Manole, "As armadilhas de uma Cozinha" - Ed. Manole, "Dr. Bactéria" - Ed. Globo, "Xo, Bactéria! " - Ed. Manole. Conselheiro do Conselho Regional de Biomedicina - CRBM1 - Membro da Comissão de Ética Estrelou várias campanhas - Cervejaria Petrópolis, Ar Condicionado LG, Bettani - Esponjas,

Vinagres Castelo - Vinagre de Álcool Concentrado 6%, Filtros Pureit (Lever), Sabonetes Dettol (Reckitt Benckiser), Bicarbonato de Sódio Linha Tio Bonato (Raudi), Sabonetes Protege (Flora), Campanha Federal contra H1N1 (Governo Brasil), Manaus Ambiental - Consumo de Água, Ovos Pasteurizados EggBox (Itaiquara), entre outros.

Andrea de Batista Mariano:

Engenheira Química graduada em 1993 pela Fundação Armando Alvares Penteado - FAAP

Atua no Conselho Regional de Química- IV Região desde 1995, atualmente é Coordenadora das Comissões Técnicas do CRQ-IV, que dão suporte técnico ao Plenário do Conselho referente aos assuntos relacionados às áreas de ensino, cosméticos, saneantes, alimentos e bebidas, meio ambiente e dos profissionais que atuam na área farmacêutica.

Coordena os cursos sobre Responsabilidade Técnica promovidos pelo CRQ-IV.

James Francisco Pedro dos Santos

Enfermeiro do Serviço de Educação Continuada do Hospital Ipiranga; Especialista em Enfermagem em Urgência e Emergência pela UNIFESP; Especialista em Enfermagem em Terapia Intensiva Adulto pela ABENTI; Conselheiro do COREN-SP na Gestão 2018-2020.

Anexo 3. Abertura do 2º Seminário: A Prática Colaborativa Interprofissional



Conselhos Participantes

1. Conselho Regional de Biologia - CRB
2. Conselho Regional de Biomedicina - CRBm
3. Conselho Regional de Educação Física - CREF
4. Conselho Regional de Enfermagem - COREN
5. Conselho Regional de Farmácia - CRF
6. Conselho Regional de Fisioterapia Ocupacional - CREFITO
7. Conselho Regional de Fonoaudiologia - CRFa
8. Conselho Regional de Nutrição - CRN
9. Conselho Regional de Odontologia - CRO
10. Conselho Regional de Química - CRQ
11. Conselho Regional de Psicologia - CRP

Comissão organizadora

Coordenadora Geral do Seminário: **Profa. Elite Maria Silva**

Coordenadora do GTI: **Dra. Floracy Gomes Ribeiro**

Coordenadora Mesa Redonda: **Fga Cibele Siqueira**

Coordenadora Oficina: **Profa. Erica Verderi**

O Objetivo do Seminário

Sensibilizar e promover dialogo das dimensões interprofissionais entre os integrantes das **Profissões da área de Saúde** permitindo aos participantes da **DRS de Campinas** e **Conselhos Regionais** serem parte integrante na disseminação da importância da integração interprofissional e no desafio das suas dimensões de **educação, prática e regulação**, com apoio da Universidade de Campinas.

Objetivo da Mesa redonda:

1. Conhecer as tendências da integração interprofissional
2. Conhecer a importância e o desafio nas suas dimensões
 1. Educação,
 2. Prática,
 3. Regulação.
3. *debater como estas dimensões ocorrem e estratégias efetivas para implementação.*

Dinâmica da Mesa redonda e Debate:

A duração da mesa redonda e debate são de 3 horas,

- sendo 2 horas para **apresentação** dos **quatro palestrantes** dos três subtemas :
 - Educação, Prática e regulação, (30 minutos para cada apresentador).
- E uma hora de **debates** com duas fases,
- 10' **Primeira Fase:** debate entre os expositores que direcionam perguntas uns aos outros e debatem pensamentos discordantes ou não,
- 50' **Segunda Fase :** a plateia procede às perguntas de maneira verbal, identificando-se e dirigindo-se ao palestrante

Objetivo da Oficina:

Objetivo Geral:

Buscar estratégias para o desenvolvimento de ações do DRS de Campinas , GTI/SES/SP com apoio de docentes da UNICAMP para disseminar a importância da integração interprofissional dos *Profissões da Área de Saúde* na prática colaborativa interprofissional na região de Campinas.

Objetivo da Oficina:



Produto esperado na oficina:

Consolidação e validação final do documento obtido pelo consenso pelos participantes e organizadores do evento.

Será realizado uma ampla divulgação nos meios de comunicação SES/SP e dos Conselhos Regionais.



Anexo 4. Aula sobre Educação Interprofissional




2º Seminário do GTI: Prática Colaborativa Interprofissional

DRS – VII Campinas 10/08/2018
8h às 16h30min

Colaborativa Interprofissional

1



FORMAÇÃO COLABORATIVA INTERPROFISSIONAL - SUMÁRIO

- INTRODUÇÃO
- OBJETIVOS
- DESENVOLVIMENTO
- RESULTADOS ESPERADOS
- REFERÊNCIAS

Formação Colaborativa Interprofissional

2

FORMAÇÃO COLABORATIVA INTERPROFISSIONAL - INTRODUÇÃO

- **Perspectiva histórica e social**
- **Crítica e Humanista**
- **Democrática e Inclusiva**
- **Aprendizagem significativa**

INTRODUÇÃO - REORIENTAÇÃO NA FORMAÇÃO EM SAÚDE

Anos 80 e 90

**Projeto IDA
Projeto Uni
Rede Unida**

2002

PROMED

2003

SGTES*

2004

**VerSUS
AprenderSUS
EnsinaSUS**

2005

**PRÓ-SAÚDE I
Enfermagem
Medicina
Odontologia**

2009

PRÓ-SAÚDE II
Biologia, Biomedicina,
Educação Física,
Farmácia, Fisioterapia,
Fonoaudiologia,
Nutrição, Odontologia,
Psicologia,
Serviço Social, Terapia
Ocupacional

2009 - 2016

PET-Saúde
Saúde da Família (2009)
Vigilância em Saúde (2010)
Saúde Mental (2010)
Evasão e fixação (2012)
Redes (2013)
GraduaSUS (2016)
Interprofissionalidade (2018)

*SGTES - Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde

INTRODUÇÃO...

Ações como fontes de conhecimento

Michel Thiollent, sociólogo, pesquisador sobre metodologias e cotidiano

- ação de cuidar
- ação transformadora do cuidado
- ação diagnóstica
- ação preventiva/informativa
- ação de promoção da saúde
- ação formativa

INTRODUÇÃO...

Modos de atuação

Segundo: CAMPOS, L.; WENDHAUSEN, A. 2007, p. 272.

1. “estabelecimento de uma nova relação com usuário, em que a comunicação passa a ser horizontal e privilegia o diálogo entre diferentes saberes”;
2. “respeito pelo outro e sua alteridade”;
3. “concepção positiva de saúde e acentuação de recursos ao invés de carências”;
4. “participação individual, grupal e coletiva dos usuários”;
5. “consideração de que a educação em saúde permeia toda e qualquer atividade assistencial”

OBJETIVOS

- **Buscar estratégias para o desenvolvimento de ações dos Profissionais da Área da Saúde em relação à **prática colaborativa interprofissional** no Estado de São Paulo**
- **Conhecer, vivenciar e debater sobre Grupo e Práxis, com foco em:**
 - ✓ **Interação com as práticas;**
 - ✓ **Teorias da aprendizagem e da comunicação; e**
 - ✓ **Unidade do aprender e do ensinar**

RESOLUÇÃO N° 569 –CNS (2018)

- Princípios gerais a serem incorporados nas DCN de todos os cursos de graduação da área da saúde
- Art. 1º , Resolução nº 569, de 2018. Reafirma a prerrogativa constitucional do SUS em ordenar a formação dos(as) trabalhadores(as) da área da saúde.
- **Constituição** Federal (1988) **Cidadã**
 - Art. 196 - “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas[...]; Art. 197 são de “relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle[...]” tuição garante no Art. 198, incisos II e III, o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e a participação da comunidade”;

RESOLUÇÃO N° 569 –CNS (2018)

- No Art. 200, inciso III que é competência do SUS, além de outras atribuições, “ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde”, cabendo ao SUS, “ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde”
- **SUS um “lôcus” produtor do conhecimento, um espaço de ensino-aprendizagem;**
- As IES deverão seguir as DCN colocando desde o início do curso os alunos em contato com a realidade e que a formação em serviço proporciona não somente a qualificação dos trabalhadores do SUS, mas o desenvolvimento do próprio sistema de saúde, partindo da reflexão sobre a realidade dos serviços e sobre **o que precisa ser transformado**, com a finalidade de melhorar a gestão e o cuidado em saúde.
- **A formação no/para o SUS deve ser pautada pelas necessidades de saúde das pessoas e pela integralidade da atenção. Para tanto, requer uma formação interprofissional, humanista, técnica**

RESOLUÇÃO N° 569 –CNS (2018)

- Art. 3º Aprovar os pressupostos, princípios e diretrizes comuns para a graduação na área da saúde, construídos na perspectiva do controle/participação social em saúde, e apresentados, sinteticamente, nos incisos a seguir:
 - I - Defesa da vida e defesa do SUS como preceitos orientadores do perfil dos egressos da área da saúde;
 - II - **Atendimento às necessidades sociais em saúde;**
 - III - Integração ensino-serviço-gestão-comunidade;
 - IV - **Integralidade** e Redes de Atenção à Saúde (RAS);
 - V - **Trabalho interprofissional;**
 - VI - Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) e componentes curriculares coerentes com as necessidades sociais em saúde;

RESOLUÇÃO Nº 569 –CNS (2018)

- Art. 3º Aprovar os pressupostos, princípios e diretrizes comuns para a graduação na área da saúde, construídos na perspectiva do controle/participação social em saúde, e apresentados, sinteticamente, nos incisos a seguir:

VII - Utilização de metodologias de ensino que promovam a **aprendizagem colaborativa e significativa**;

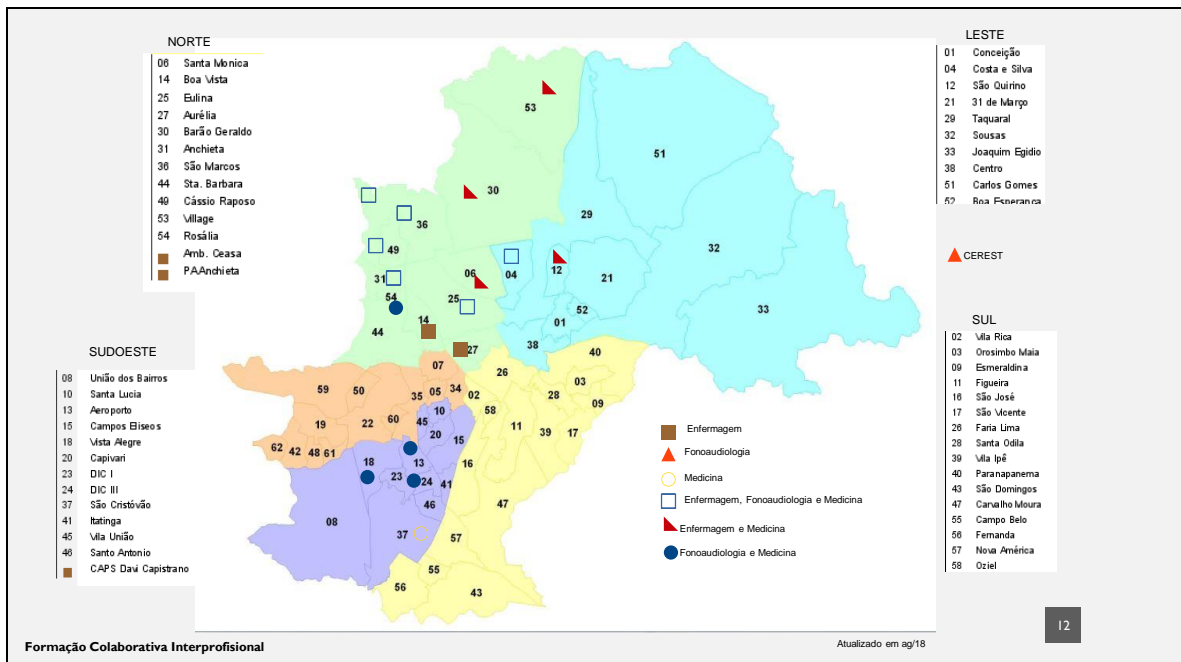
VIII - Valorização da docência na graduação, do profissional da rede de serviços e do protagonismo estudantil;

IX - **Educação e comunicação em saúde**,

X - Avaliação com caráter processual e formativo;

XI - Pesquisas e tecnologias diversificadas em saúde;

XII - Formação presencial e carga horária mínima para cursos de graduação da área da saúde.



RESULTADOS ESPERADOS

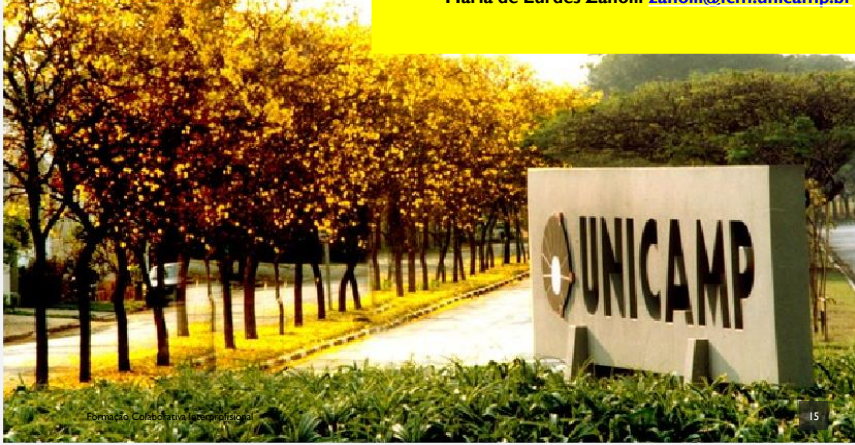
- **Reforçar a participação dos interessados (profissionais e pacientes).**
- **Multiplicar encontros presenciais e oficinas.**
- **Dialogar mais com os pacientes /usuários e os profissionais / trabalhadores em todos os locais de atendimento.**
- **Articular aspectos pessoais, profissionais e coletivos na construção das mudanças necessárias.**
- **Tornar mais efetiva a difusão dos resultados.**

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, L.; WENDHAUSEN, Á. et al. Participação em Saúde. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2007 Abr-Jun; 16(2): 271-9. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0805.pdf> Acesso: 30jul2018
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº569, de 08 de dezembro de 2017. Brasília, DF. Aprovar os pressupostos, princípios e diretrizes comuns para a graduação na área da saúde. Publicada DOU nº 38, seção 01, 26/02/2018, páginas 85 a 90.

OBRIGADA!

Eliete Maria Silva emsilva@unicamp.br
Helenice Yemi Nakamura hnakamur@fcm.unicamp.br
Maria de Lurdes Zanolli zanolli@fcm.unicamp.br



Anexo 5. Aula sobre Prática Interprofissional

2º Seminário: A Prática Colaborativa Interprofissional

DRS VII Campinas
10/08/2018


Mesa Redonda:

“A importância da integração interprofissional e o desafio nas suas dimensões de educação, prática e regulação”

Dimensão:

“Atuação Interprofissional na Prática”

CONTEXTO



<p>Modelo Biomédico Curativista (fragmentado)</p> <p>Centrado no Médico e Hospital</p> <p>Aumento do consumo de bens e serviços de saúde: especialização, tecnologia e gasto</p>	<p>Não resultado nos indicadores de saúde (especialmente nas CCNT)</p> <p>Fragmentação e desarticulação</p> <p>Desqualificação do cuidado (desconsidera determinantes sociais do processo de saúde–doença)</p>
---	---

(CAPRA, 2001; AYRES, 2007, 2004; SALES, 2009; OMS, 2008, 2010)

MOVIMENTOS DO SUS

RECONHECENDO

- Contexto
- Aumento do risco nas doenças crônicas
- Mudança no perfil da carga de doenças
- Transição demográfica

PROPOSIÇÕES PARA O EQUILIBRIO

- Construção de novas abordagens
- Humanização
- AP como ordenadora do cuidado em rede
 - Garantia de acesso, qualidade e continuidade
 - Responsabilização
 - Gestão da Clínica / Clínica Ampliada
- **Integralidade do cuidado centrado na pessoa**



(BRASIL, 1990, 2006, 2010; OMS, 2008)

INTEGRALIDADE DO CUIDADO

É o princípio que **enfrenta diretamente a fragmentação** das práticas em saúde, desarticulação entre os serviços, hierarquização dos serviços e foco na doença.

Cuidado que considera os inúmeros **sentidos e significados** envolvidos nos **encontros terapêuticos e nas ações** em saúde.

Compreendida como uma estratégia para reorientação do modelo assistencial que **se efetiva** mediante a implantação de **equipes multiprofissionais**.

Neste sentido, a **Prática Interprofissional Colaborativa** tem sido reconhecida como importante e potente recurso **mobilizador para a transformação** da realidade.

(SALES, 2009; GIOVANELLA, 2008, 2009; AYRES, 2004; BRASIL, 2006; STARFIELD, 2002; OMS, 2012)

PRÁTICA INTERPROFISSIONAL COLABORATIVA EM SAÚDE

Conceito polissêmico e contra-hegemônico

- relação entre sociedade e organizações do trabalho vem sendo debatida sob várias perspectivas, tomando o **coletivo como objeto central de reflexão e análise**,
- particularidade da saúde, cuja **produção é viva em ato**.
 - princípio da **interdependência e complementariedade** das ações profissionais (campo e núcleo de saberes e práticas profissionais);
 - **práticas participativas** e de relacionamentos pessoais mútuos e recíprocos entre os integrantes das equipes;
 - constante processo de **comunicação e de tomada de decisões**;
 - condução compartilhada em torno das **necessidades de saúde e seus determinantes sociais**;
 - **conhecimentos e habilidades dos profissionais associado ao dos usuário e comunidade** (co-produção de cuidado e conhecimento).

(MERHY, 2002; CAMPOS, 2000; OMS, 2012; PEDUZZI, 2011; PREVIATO, 2018; MATUDA, 2015; ARAUJO, 2013)

PRÁTICA INTERPROFISSIONAL COLABORATIVA EM SAÚDE

“A prática colaborativa acontece quando **profissionais de saúde** com diferentes experiências profissionais **trabalham com pacientes, famílias, cuidadores e comunidade** para prestar assistência da mais alta qualidade.

Ela permite que os profissionais de saúde integrem qualquer indivíduo cujas habilidades possam auxiliar **na conquista dos objetivos de saúde.**”

(OMS, 2012, p.7)

ALGUNS ESPAÇOS E ESTRATÉGIAS

Reunião Geral de Equipe

- Organização do processo de trabalho
- Distribuição da agenda dos profissionais
- Interface entre equipes de referencia

Equipe de Referencia

- Discussão de caso / PTS
- Auditoria clínica
- Itinerário terapêutico

Apoio Institucional

- Gestão participativa e democrática

Núcleo de Saúde Coletiva

- Apropriação epidemiológica
- Apropriação do território

Educação em Saúde

- Reflexão sobre a prática
- Ensino e serviço

Construção de rede

- Matriciamento / Telesaúde
- Alta responsável e pactuada
- Protocolos pactuados de conduta e fluxo

(BRASIL, 1990, 2006, 2010; OMS, 2008)

ALGUNS MOVIMENTOS NECESSÁRIOS

Para além das **publicações em portarias ou artigos;** de conhecer os **dispositivos e estratégias;** de estar no “agrupamento” de uma **equipe;** é preciso que este conjunto se torne prática integrada (para termos uma atuação interprofissional colaborativa).

E neste processo de **construção social,** assim como o desafio de **colocar em prática e ganhar repercussão,** está o de **aproximá-la** dos **espaços de formação** destes profissionais e de seus **marcos/orgãos regulatórios...**

- AYRES, J.R.C.M. Da necessidade de uma prática reflexiva sobre o cuidado: hermenêutica como acesso ao sentido das práticas de saúde. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R.A. (Org). Razões públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor. Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESC/ABRASCO, 2007. p.127-144.
- AYRES, J.R.C.M. Cuidado e reconstrução das práticas de saúde. Interface, Botucatu, v.8(14):73-92, 2004.
- ARAÚJO, E. M. D.; GALIMBERTI, P. A. A colaboração interprofissional na Estratégia Saúde da Família. Psicologia & Sociedade, 25(2), 461-468, 2013.
- BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, p. 18055, 20 set. 1990. Seção 1.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série Pactos Pela Saúde).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS n. 4.279 de 30 de Dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 2010. Seção 1.
- CAMPOS, G.W.S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. Ciênc. saúde coletiva [online]. vol.5, n.2, pp.219-230, 2000.
- CAPRA, F. O ponto de mutação. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2001. 445 p.
- GIOVANELLA, L. et al. Saúde da família: limites e possibilidades para uma abordagem integral de atenção primária à saúde no Brasil. Ciênc. saúde coletiva [online]. vol.14, n.3, pp.783-794, 2009.
- GIOVANELLA, L.; Mendonça M.H.M. Atencao Primaria a Saude. In: Giovanella L, Escorel S, Lobato LVC, Noronha JC, Carvalho AI, organizadores. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008. p. 575-625.
- MATUDA, C.G. et al. Colaboração interprofissional na Estratégia Saúde da Família: implicações para a produção do cuidado e a gestão do trabalho Ciência & Saúde Coletiva, 20(8):2511-2521, 2015.
- MERHY, E. E. Saúde: a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2002.
- OMS – Organização Mundial da Saúde. Marco para a ação na educação interprofissional e práticas colaborativas. 2012. 64 p. Disponível em: http://new.paho.org/bra/images/stories/documentos/marco_para_acao.pdf%20
- OMS – Organização Mundial da Saúde. World Health Statistics 2010. Biblioteca da OMS on line. [acesso em 13 out 2017]. Disponível em: <http://www.who.int/whosis/whostat/2010/en/index.html>
- OMS – Organização Mundial da Saúde. La Atención Primaria de Salud: más necesaria que nunca. Informe sobre la salud en el mundo. Gênebra:OMS; 2008.
- PEDUZZI, M. et al. Trabalho em equipe na perspectiva da gerência de serviços de saúde: instrumentos para a construção da prática interprofissional. Physis. 21(2):629-46, 2011.
- PREVIATO, G.F.; BALDISSERA, V.D.A. Retratos da prática interprofissional colaborativa nas equipes da atenção primária à saúde. Rev Gaúcha Enferm. 2018;39
- SALES, C.M. Possibilidades e limites de execução das ações de promoção da saúde nos moldes da educação popular em saúde na estratégia saúde da família. 2009. 162f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde). Faculdade de Ciências da Saúde. Universidade de Brasília, 2009.
- STARFIELD, B. Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologias. Brasília, DF: UNESCO/Ministério da Saúde, 2002.

OBRIGADO!

edsonmalvezzi@yahoo.com.br

Produzimos a sociedade que nos produz.

Somos não só uma pequena parte de um todo social, esse todo está no interior de nós próprios.

Edgar Morin

Anexo 6. Aula sobre Regulação Interprofissional



**O QUE É REGULAÇÃO? ENTENDIMENTO POLISSÊMICO –
REGULA+AÇÃO= REGULAÇÃO.**

REGULAÇÃO INDIVIDUAL	REGULAÇÃO COLETIVA
normas, direitos e deveres pensando no indivíduo. Código de ética de cada profissão.	Ministérios com as suas respectivas atribuições. Regulamentação Interprofissional – Aspectos Jurídicos (regras Regulamentares, foco nas leis) Regulação dos Profissionais de Saúde. –(regulação das regras em geral)

AO ORDENAR, CONTROLAR, EMITIR REGRAS EM GERAL JURÍDICAS OU NÃO, PODEM SER ÉTICAS OU DE OUTRA NATUREZA.

DIFERENTE DE REGULAMENTAÇÃO: ATO ADMINISTRATIVO NORMATIVO. ORIENTA CONDUTAS. CHEFE DO EXECUTIVO. PROFISSÕES REGULAMENTADAS

REFLEXÕES E APRESENTAÇÃO

- ❑ Profissões da Área da Saúde – Conselho Nacional de Saúde - Em 2006 a Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde, reconhece 14 profissões a Obstetriz que seria a 15 , Em Janeiro de 2013 através de uma decisão judicial a justiça considerou a Obstetriz com direito de inscrever-se no COREN como profissão com ações profissionais diferentes da Enfermeira, direito adquirido por interpretação Judicial da Lei nº 7498/86.
- ❑ Atualmente são 13 Conselhos de Fiscalização - Biologia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e 15 profissões de nível superior contando com a Obstetriz. Existem ainda, os cursos Técnicos e o Conselho Regional de Técnicos de Radiologia. Competência de Regulação. Fiscalizar o exercício das profissões para proteger o usuário.

- Não devemos nos esquecer dos Ministérios de Saúde, Educação, Trabalho e Planejamento que também interferem diretamente nas profissões de Saúde, comumente de forma não articulada e constantemente geram conflitos. Exemplo EAD.
- Políticas Públicas de Saúde - SUS - Interesses Públicos
- Interesses corporativos - Interesses da População- Exemplo Acupuntura (COFEN X Conselho Federal de Medicina. 2001 - anular a Resolução 197/97. Na época foi considerado procedente. Em 06/08/2018 a apelação do COFEN foi provida, fundamentado na lei 12842/13 sobre o exercício da Medicina que não estabelece a acupuntura como privativo.
- Fórum dos Conselhos Atividade Fim da Saúde. Pautas Comuns.

OBRIGADO

MAURO PIRES

mapds13@gmail.com

Anexo 7. Aula de Apresentação da Oficina do 2º Seminário: A Prática Colaborativa Interprofissional

OFICINA DE TRABALHO

**2º Seminário: A Prática Colaborativa
Interprofissional
DRS VII Campinas – 2018**

Coordenação: Prof. Ms Érica Verderi – CREF4/SP



2º Seminário:
A Prática Colaborativa
Interprofissional



Objetivo Geral:

construir uma agenda comum de ações para fortalecer a abordagem interprofissional entre os Conselhos das Profissões de Saúde do Grupo Técnico Interprofissional – GTI. DRS VII Campinas – 42 municípios.

2º Seminário:
A Prática Colaborativa
Interprofissional



Produto Esperado na Oficina:

Consolidação e validação final do documento norteador obtido pelo consenso dos participantes e organizadores do evento, realizando posteriormente uma ampla divulgação nos meios de comunicação da SES/SP e dos Conselhos Regionais.

2º Seminário:

A Prática Colaborativa

Interprofissional



GRUPO TÉCNICO
INTERPROFISSIONAL

Detalhamento da Oficina

13:30 às 14:15 – Abordagem Metodológica

13:45 às 15:30h – Discussão em Grupo

15:30 às 16:30h – Apresentação dos relatores

Obs: os grupos serão formados de forma heterogênea, permitindo a socialização entre os Conselhos.

2º Seminário:

A Prática Colaborativa

Interprofissional



GRUPO TÉCNICO
INTERPROFISSIONAL

Grupo 1: Educação

2º Seminário:
A Prática Colaborativa
Interprofissional



GRUPO TÉCNICO
INTERPROFISSIONAL

Grupo 2 – Prática

2º Seminário:
A Prática Colaborativa
Interprofissional



GRUPO TÉCNICO
INTERPROFISSIONAL

Grupo 3 – Regulação

2º Seminário:

A Prática Colaborativa

Interprofissional



GRUPO TÉCNICO
INTERPROFISSIONAL

Metodologia

A Metodologia da Oficina de Trabalho é operacionalizada em três momentos:

- 1 Construção.
- 2 Validação.
- 3 Divulgação.

2º Seminário:

A Prática Colaborativa

Interprofissional



GRUPO TÉCNICO
INTERPROFISSIONAL

Construção:

Forma de exequilibrar as ações da Oficina com a definição dos papéis dos atores sociais envolvidos:

- Facilitador
- Coordenador
- Relator
- Participantes.

2º Seminário:

A Prática Colaborativa

Interprofissional



GRUPO TÉCNICO
INTERPROFISSIONAL

Diferentes papéis do envolvidos

Facilitador:

- . Acompanhar toda a discussão do grupo sem intervir, exceto quando for :
- . Informar sobre o objetivo e o tema do grupo;
- . Apresentar os monitores do grupo;
- . Orientar a apresentação dos participantes do Grupo(nome e instituição);
- . Determinar a forma de escolha do Coordenador e Relator do Grupo;

Relação dos Facilitadores:

- **Educação:** Prof. Dra Dalvani Marques - UNICAMP , Prof. Dra. Débora de Sousa Santos – UNICAMP
- **Prática:** Enf. Jéssica de Aquino Pereira – UNICAMP, Renata Lucia – MS UNICAMP
- **Regulação:** Enf. Jenifer Bazilio - UNICAMP

2º Seminário:

A Prática Colaborativa

Interprofissional



GRUPO TÉCNICO
INTERPROFISSIONAL

Monitor:

- Apoiar o Facilitador;
- Manter a harmonia no Grupo;
- Providenciar material de apoio.

Relação dos Monitores:

- **Educação:** James Francisco Pedro dos Santos - COREN

- **Prática:** Roberto Martins Figueiredo - CRBm

- **Regulação:** Andrea Batista de Mariano - CRQ

2º Seminário:

A Prática Colaborativa

Interprofissional



GRUPO TÉCNICO
INTERPROFISSIONAL

- Coordenador:

- . Cronometrar o tempo das atividades do grupo;
- . Ajudar nas discussões do Grupo;
- . Impedir que o grupo fuja de seus objetivos.

- Relator:

- . Escrever as principais decisões do grupo;
- . Relatar as decisões do grupo em apresentação na plenária.

- Participantes:

- . Discutir sobre as estratégias para o desenvolvimento das ações do CR da área da saúde e do GTI em relação a Prática Colaborativa Interpessoal no Estado.

2º Seminário:

A Prática Colaborativa

Interprofissional



GRUPO TÉCNICO
INTERPROFISSIONAL

Validação:

Após a construção do produto pelos participantes do grupo no dia do Seminário será feita uma validação inicial pelos facilitadores e monitores com devolução em até 15 dias após o término do evento, e posteriormente uma validação pela Coordenadora Geral do evento (Profª Eliete Maria Silva), com prazo de devolução de também 15 dias e por último a validação final pelo GTI no prazo de uma semana após a entrega pela coordenadora Geral.

2º Seminário:

A Prática Colaborativa

Interprofissional

**GRUPO TÉCNICO**
INTERPROFISSIONAL**Divulgação:**

Após a validação final o documento norteador obtido pelo consenso pelos participantes e organizadores do evento será realizado uma ampla divulgação nos meios de comunicação da SES/SP, pelos Conselhos Regionais de Profissionais da área da Saúde do Estado de São Paulo, e pelo GTI/SP.

2º Seminário:

A Prática Colaborativa

Interprofissional

**GRUPO TÉCNICO**
INTERPROFISSIONAL

Principais eixos da Prática Colaborativa Interprofissional:

- Educação;
- Prática;
- Regulação.

2º Seminário:

A Prática Colaborativa

Interprofissional



GRUPO TÉCNICO
INTERPROFISSIONAL

- **PARA CADA TEMA** – leitura ou uma breve fala sobre a inserção do tema dentro da Prática Colaborativa Interprofissional; promover a reflexão sobre o mesmo, com base nas seguintes questões:
- Deverá ser fomentado a discussão e estimular a verbalização das ideias em relação às questões propostas.
- Com essa dinâmica pretende-se que o grupo reflita sobre as propostas da Prática Colaborativa Interprofissional no Estado de São Paulo.
- **Produto Esperado:** Análise e propostas de contribuições em cada eixo temático (planilha)

2º Seminário:

A Prática Colaborativa

Interprofissional



GRUPO TÉCNICO
INTERPROFISSIONAL

Planilha de Trabalho

- **O que é** (Educação, Prática e Regulação)
- **Porque fazer?**
- **Como fazer?** (método/estratégia, como realizar, Pontos fortes (vantagens, potenciais), Pontos fracos (Desvantagens/ limitações, dificuldades)

2º Seminário:

A Prática Colaborativa

Interprofissional



GRUPO TÉCNICO
INTERPROFISSIONAL

BOM TRABALHO

2º Seminário:

A Prática Colaborativa

Interprofissional



GRUPO TÉCNICO
INTERPROFISSIONAL

2º Seminário:

A Prática Colaborativa

Interprofissional



OBRIGADA

Prof. Ms. Érica Verderi
ericaverderi@crefsp.gov.br

GRUPO TÉCNICO
INTERPROFISSIONAL

Anexo 8. Roteiro da Oficina



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
 Grupo Técnico Interprofissional - GTI
 Fone: 3066-8437
 email: fgribeiro@saude.sp.gov.br ou nzancanella@saude.sp.gov.br



2º SEMINÁRIO: “A PRÁTICA COLABORATIVA INTERPROFISSIONAL”
DRS VII - Campinas
Oficina de Trabalho: 13:00 às 16:30
Data: 10 DE Agosto de 2018

ROTEIRO DA OFICINA DE TRABALHO

• **Coordenação da Oficina:** Profa. Erica Verderi

• **Objetivo Geral:**

- Buscar estratégias para o desenvolvimento de ações dos Conselhos Regionais das Profissões da Área da Saúde e o GTI/SES/SP em relação à prática colaborativa interprofissional no Estado de São Paulo.

• ***Metodologia***

A Metodologia da Oficina de Trabalho é operacionalizada em três momentos:

1 Construção: Forma de exequilibrar as ações da Oficina com a definição dos papéis dos atores sociais envolvidos (facilitador, coordenador, relator e participantes)

- **Facilitador:**

- . Acompanhar toda a discussão do grupo sem intervir, exceto quando for :
- . Informar sobre o objetivo e o tema do grupo;
- . Apresentar os monitores do grupo;
- . Orientar a apresentação dos participantes do Grupo (nome e instituição);
- . Determinar a forma de escolha do Coordenador e Relator do Grupo;

- **Coordenador:**

- . Cronometrar o tempo das atividades do grupo;
- . Ajudar nas discussões do Grupo;
- . Impedir que o grupo fuja de seus objetivos.

- **Relator:**

- . Escrever as principais decisões do grupo;
- . Relatar as decisões do grupo em apresentação na plenária.

- **Participantes:**

- . Discutir sobre as estratégias para o desenvolvimento das ações do CR da área da saúde e do GTI em relação a Pratica Colaborativa Interpessoal no Estado.

2Validação: após a construção do produto pelos participantes do grupo no dia do Seminário será feita uma validação inicial pelos facilitadores e monitores com devolução em até 15 dias após o término do evento, e posteriormente uma validação pela Coordenadora Geral do **Profa Eliete Maria Silva** com prazo de devolução de também 15 dias e por último a validação final pelo GTI no prazo de uma semana após a entrega pela coordenadora Geral.

3Divulgação: Após a validação final o documento norteador obtido pelo consenso pelos participantes e organizadores do evento será realizado uma ampla divulgação nos meios de comunicação da SES/SP, pelos Conselhos Regionais de Profissionais da área da Saúde do Estado de São Paulo, e pelo GTI/SP.

- Na elucidação da Metodologia deverá:

- Apresentar a Temática;

-Contextualizar quem somos, de onde viemos e para onde vamos, na lógica da construção da Prática Colaborativa Interprofissional no Estado de São Paulo;

-Dividir os participantes em 03 Grupos de acordo com os principais eixos da Prática Colaborativa Interprofissional:

. Educação;

. Prática;

. Regulação.

-Fornecer um texto básico sobre a temática de cada eixo acima mencionado para discussão em grupo;

-Elaborar um produto final baseado nas discussões dos grupos de trabalho gerados na Oficina de Trabalho;

De acordo com os eixos discutir:

✓ O que é?

✓ Por que fazer?

✓ Como fazer? (método/estratégia, como realizar, Pontos fortes, Pontos fracos)

- PARA CADA TEMA – leitura ou uma breve fala sobre a inserção do tema dentro da Prática Colaborativa Interprofissional; promover a reflexão sobre o mesmo, com base nas seguintes questões:
 - ✓ Deverá ser fomentado a discussão e estimular a verbalização das ideias em relação às questões propostas.
 - ✓ Com essa dinâmica pretende-se que o grupo reflita sobre as propostas da Prática Colaborativa Interpessoal no Estado de São Paulo.

Produto Esperado:

Análise e propostas de contribuições em cada eixo temático (planilha)

13:30h - 16:30h – GRUPOS

Detalhamento das atividades da oficina

13:30 – Abordagem Metodológica

13:45 às 15:30h – Discussão em Grupo

15:45 às 16:30h – Plenária para Consolidação

16:30h – Encerramento

Obs: os grupos serão formados de forma heterogênea, permitindo a mais ampla mistura dos conselheiros e demais instituições participantes, possuindo número mais igualitário possível.

Atividades Preliminares:

- ✓ Webconferência com facilitadores e monitores (Primeira semana de Agosto 2018);

Anexo 9. Ferramentas da Oficina



Secretaria de Estado da Saúde - SP
2º Seminário do GTI: A Prática Colaborativa Interprofissional
DRS VII Campinas – 10/08/2018



Plano de Ação			
Estratégia	Ação	Fatores Positivos (Vantagens, potenciais)	Fatores que comprometem (Desvantagens, imitações, dificuldades)



Secretaria de Estado da Saúde - SP
2º Seminário do GTI: A Prática Colaborativa Interprofissional
DRS VII Campinas – 10/08/2018



Oficina do Grupo Técnico Operacional da SES/SP
Eixo Operacional: Formação; ou Práticas ou Regulação.

Grupo:

O que é?
Por que fazer?

Grupo:

Anexo 10. Textos Disparadores nas três dimensões: Educação, Prática e Regulação.

EDUCAÇÃO

A educação interprofissional como fundamento para o desenvolvimento de competências colaborativas no trabalho em saúde

Prof. Dr. Marcelo Viana da Costa

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Curso de Enfermagem

Revisado: Prof. Nildo Alves Batista - CEDESS/UNIFESP

A educação interprofissional vem ao longo dos anos mais recentes ganhando grande visibilidade ao redor do mundo (BARR *et al.*, 2005; REEVES *et al.*, 2010) como abordagem capaz de superar o modelo tradicional de formação pautado do desenvolvimento de competências específicas, que sustenta o chamado tribalismo das profissões ou silos profissionais(WELLER *et al.*, 2014; GUPTA & ARORA, 2015).

A definição de educação interprofissional em saúde, mais amplamente conhecida, defende que é a ocasião onde duas ou mais profissões da saúde aprendem com, sobre a para outra, desenvolvendo a colaboração, através de um processo de aprendizagem compartilhada, a fim de melhorar a qualidade dos serviços prestados(CAIPE, 2002).

O horizonte da educação interprofissional é o desenvolvimento de profissionais de saúde mais colaborativos, capazes de prestar uma assistência integral na resolução e enfrentamento dos problemas e necessidades de saúde. A colaboração torna-se a prática esperada entre os diferentes profissionais de saúde, o que implica outras importantes mudanças(REEVES & HEAN, 2013).

A colaboração, por sua vez, é conceituada como a ocasião em que dois ou mais profissionais de saúde atuam de forma interativa, compartilhando objetivos, reconhecendo o papel e importância do outro na complementariedade dos atos em saúde. Essa compreensão expõe a necessidade de horizontalizar relações, questionando a histórica hierarquia entre os profissionais e entre estes e os usuários. Implica, necessariamente, em (re)situar os usuários e suas necessidades de saúde na centralidade do processo(WHO, 2009; REEVES, 2010).

Dessa forma, a discussão sobre educação interprofissional – enquanto abordagem para a desenvolvimento da colaboração no trabalho em saúde – impõe também uma reflexão sobre os desafios e fatores envolvidos com sua implementação. Um primeiro ponto que

precisa de destaque é que a educação interprofissional precisa se sustentar em bases sólidas como forma de assegurar a continuidade dos processos e seus resultados a curto, médio e longo prazo. Para tanto, é indispensável superar a ideia de ações isoladas, associadas a esforços pessoais ou projetos provisórios. Não que estes formatos sejam desinteressantes, mas formar profissionais mais colaborativos implica em mudanças culturais, com grandes desafios.

Nesse sentido, três dimensões da realidade precisam ser discutidas: a macro, meso e micro. O sucesso da implantação da educação interprofissional depende de um conjunto de iniciativas que precisam estar articuladas, mantendo forte relação de interdependência entre as dimensões.(OANDASAN & REEVES, 2005b).

No nível macro encontram-se as políticas de saúde e educação que reconhecem as bases teórico-conceituais e metodológicas como marcos reorientadores do processo de formação dos profissionais de saúde e do modelo assistencial. Essas políticas têm importante papel indutor de mudanças nos níveis meso e micro. No Brasil, o Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde – PET-Saúde é um importante exemplo de política que disparou movimentos de reformas curriculares com foco na educação interprofissional (COSTA & BORGES, 2015; COSTA *et al.*, 2015).

Outro importante movimento disparador do nível macro foi a elaboração das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Medicina, que trouxeram a interprofissionalidade como um dos marcos capazes de transformar a lógica de futuros profissionais de saúde. Sem nenhuma dúvida foi um grande avanço para entender que o processo de formação de médicos se complementa com ações compartilhadas de aprendizagem(BRASIL, 2014).

Os movimentos da dimensão macro, por sua vez não se sustentam sem que encontrem eco nas outras duas. A meso se refere às mudanças curriculares, propostas de formação dos componentes curriculares, módulos ou disciplinas: é a educação interprofissional em saúde materializada na intencionalidade das propostas pedagógicas dos cursos e instituições.

Por fim, e tão desafiador como as anteriores está a dimensão micro, onde se destacam as fortes relações interpessoais que fundamentam o desenvolvimento das competências colaborativas. Sobre essas competências é preciso demorar um pouco mais na compreensão ou aproximação da complexidade da colaboração. A literatura tem demonstrado que os sujeitos envolvidos têm pouca clareza dos aspectos que estão envolvidos no fenômeno da colaboração.

Nesse sentido, D'Amour traz importantes contribuições teóricas para compreender ou se aproximar da complexidade da colaboração e que precisam ser problematizadas nas ações interprofissionais para o desenvolvimento dessas competências colaborativas. A autora defende que a colaboração se sustenta em quatro pilares: compartilhamento, parceria, interdependência e poder(D'AMOUR *et al.*, 2005). Cada pilar traz muitos elementos de discussão, mas a parte final desse texto pretende apenas apontar de forma rápida os aspectos que fundamentam cada pilar.

O compartilhamento é um dos pontos chave da colaboração, na medida em que alunos ou profissionais de saúde dividem objetivos, metas, bases teóricas ou conceituais no processo de formação ou na dinâmica do trabalho em saúde. É esse pilar que permite colocar o usuário na centralidade do processo, uma vez que a aprendizagem ou as práticas se coadunam em torno da oferta de cuidados mais integrais e resolutivos(D'AMOUR E OANDASAN, 2005).

A parceria implica que dois ou mais atores se juntam numa participação/atuação colaborativa. Esse conceito tem uma relação mais forte com a atuação propriamente dita. Essa parceria aponta por sua vez comunicação efetiva, confiança e respeito mútuo. Nessa parceria um profissional sempre valoriza e reconhece a importância do outro(D'AMOUR *et al.*, 2005; D'AMOUR E OANDASAN, 2005).

O último e talvez mais espinhoso pilar da colaboração é o poder. Os anteriores somente são possíveis quando há um equilíbrio nas relações de poder, uma vez que o reconhecimento de padrões diferenciados de reconhecimento e valorização profissionais estão associados com as barreiras de comunicação e dificuldades nas relações interpessoais e interprofissionais. Equalizar poderes é um importante caminho para que haja o empoderamento de cada membro da equipe ou aluno de diferentes profissões na tomada de decisões, na aprendizagem colaborativa e para a efetiva comunicação(BAKER *et al.*, 2011).

Olhar ou conhecer esses pilares esclarecem fortemente a educação interprofissional e o poder das proposições utilizadas em sua definição: aprender com o outro – para compartilhar e efetivar a parceria; sobre - para falar sobre si e o outro com a clareza da necessidade da complementariedade; e para -equalizar poderes para assegurar relações interprofissionais e interpessoais fluidas e sólidas.

A educação interprofissional, a partir dessa discussão demonstra sua potência para o cenário brasileiro, considerando os fundamentos do Sistema Único de Saúde, os acúmulos históricos sobre a reorientação da formação profissional em saúde e o desejo por uma atenção à saúde mais coerente com a complexidade e a dinamicidade das necessidades das pessoas.

REFERÊNCIAS

BAKER, L. *et al.* Relationships of power: implications for interprofessional education. *Journal of Interprofessional Care*, v. 25, n. 2, p. 98-104, 2011.

BARR, H. *et al.* *Effective Interprofessional Education: argument, assumption & evidence.* London: Blackwell, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Medicina e dá outras providências. Brasília-DF: Diário Oficial da União: 8-11 p. 2014.

CAIPE. Centre for the Advancement of Interprofessional Education. United Kingdom, 2002.

COSTA, M. V. D.; BORGES, F. A. O Pró-PET-Saúde frente aos desafios do processo de formação profissional em saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 19, p. 753-763, 2015.

COSTA, M. V. D. et al. Pró-Saúde e PET-Saúde como espaços de educação interprofissional. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 19, p. 709-720, 2015.

D'AMOUR, D. et al. The conceptual basis for interprofessional collaboration: core concepts and theoretical frameworks. *Journal of interprofessional care*, v. 19, n. sup1, p. 116-131, 2005. ISSN 1356-1820.

D'AMOUR, D.; OANDASAN, I. Interprofessionality as the field of interprofessional practice and interprofessional education: an emerging concept. *J Interprof Care*, v. 19 Suppl 1, p. 8-20, May 2005.

GUPTA, R.; ARORA, V. M. Merging the health system and education silos to better educate future physicians. *JAMA*, v. 314, n. 22, p. 2349-2350, 2015.

OANDASAN, I.; REEVES, S. Key elements for interprofessional education. Part 1: The learner, the educator and the learning context. *Journal of Interprofessional Care*, v. 19, p. 21-38, 2005a.

_____. Key elements of interprofessional education. Part 2: Factors, processes and outcomes. *Journal of Interprofessional Care*, v. 19, p. 39-48, 2005b.

Department of Human Resources for Health Geneva, Switzerland. 2009

REEVES, S. The need to problematize interprofessional education and practice activities. *Journal of Interprofessional Care*, v. 24, n. 4, p. 333-335, 2010.

REEVES, S.; HEAN, S. Why we need theory to help us better understand the nature of interprofessional education, practice and care. *Journal of Interprofessional Care*, v. 27, n. 1, p. 1-3, 2013.

REEVES, S. et al. The effectiveness of interprofessional education: Key findings from a new systematic review. *Journal of Interprofessional Care*, v. 24, n. 3, p. 230-241, 2010.

WHO. Framework for Action on Interprofessional Education & Collaborative Practice. World Health Organization

PRÁTICA COLABORATIVA

Prática interprofissional colaborativa

Jaqueline Alcântara Marcelino da Silva, Universidade Federal de São Carlos Marina Peduzzi, Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

A prática interprofissional colaborativa é o processo no qual profissionais de diferentes áreas trabalham juntos, em equipes integradas, com objetivos comuns em prol da qualidade da atenção à saúde. A colaboração ocorre tanto no contexto de trabalho de uma equipe como entre diferentes equipes de um serviço, entre diferentes serviços da rede de atenção à saúde e em instâncias intersetoriais que contribuem para incorporação de formas mais integradas de organização (D'Amour et al. 2008). Segundo recente revisão de literatura sobre o tema, o termo prático interprofissional colaborativo é utilizado para descrever os elementos da colaboração implementados na prática dos serviços e o termo trabalho em equipes refere um nível mais profundo de trabalho interprofissional com interdependência das ações (Morgan et al, 2015). Os princípios da prática colaborativa são a interdependência e complementaridade das ações profissionais, integração das ações, confiança mútua, respeito, reconhecimento dos papéis/atribuições profissionais, comunicação com abertura para tomar decisões compartilhadas, corresponsabilização e foco da atenção nas necessidades dos usuários (D'Amour et al. 2008; Reeves et al, 2010). Contudo, algumas barreiras para a colaboração precisam ser reconhecidas, como: as relações de poder entre os profissionais devido gênero, status social, estereótipos, valores culturais, individualismo, competitividade, pouco conhecimento sobre as atribuições de outras profissões, hipervalorização da especialização profissional, profissionalização que estimula comportamentos corporativos, segregação em territórios profissionais e estruturas organizacionais hierarquizadas (Martín-Rodriguez et al., 2008). É importante lembrar que a colaboração será necessária frente à problemas complexos que requerem articulação da expertise de diferentes profissionais em busca de melhor resultados no cuidado, cuja centralidade está nas necessidades de saúde dos usuários. Também se destaca que a transição demográfica e epidemiológica requer crescente colaboração entre profissionais e rede de serviços. Estudos recentes apontam que a colaboração interprofissional

contribui para a qualidade da atenção à saúde, melhoria de resultados clínicos, segurança do paciente, satisfação no trabalho, redução de custos, incorporação de mudanças no processo de trabalho e na gestão dos serviços (D'Amour et al. 2008, Martín-Rodríguez et al., 2008, Reeves et al., 2016). De maneira geral se espera que o trabalho em equipe e a prática interprofissional colaborativa produzam, simultaneamente, contribuições em duas direções: no cuidado e atenção a saúde dos pacientes/usuários, famílias e comunidades e na satisfação dos profissionais no trabalho. Tanto na melhora do acesso e dos resultados da atenção à saúde, como na satisfação dos profissionais, o trabalho interprofissional colaborativo encontra seu eixo central ao colocar o foco nas necessidades de saúde de usuários/pacientes, famílias e comunidade e seu principal meio de implementação na comunicação e interação entre profissionais e usuários/pacientes e entre profissionais.

References D'Amour D., Goulet L., Labadie, J. F., Martín-Rodríguez L. S. Pineault R. A model and typology of collaboration between professional sin healthcare organizations. BMC Health Services Research. 2008; 8:188-201.

Martín-Rodríguez L. S., Beaulie M.D., D' Amour D., Ferrada-Videla M. The determinants of successfull collaboration: a review of theoretical and empirical studies. Journal of Interprofessinal Care. 2005; Sup (1): 132-47.

Morgan S., Pullon S., McKinlay E. Observation of interprofessional collaborative practice in primary care teams: An integrative literature review. International Journal of Nursing Studies. 2015; 52:1217-30.

Reeves S., Espin S., Zwarenstein, M. Interprofessional Teamwork for Health and Social Care. University of Westminster, UK. Available in: <http://www.researchgate.net/publication/273794153>

Reeves S., Fletcher S., Barr H., Birch I., Boet S., Davies N., McFadyen A., Rivera J., Kitto S. A BEME systematic review of the effects of interprofessional education: BEME Guide Medical Teacher. 2016: (39). Available in: <http://dx.doi.org/10.3109/0142159X.2016.1173663>

REGULAÇÃO

OFICINA DE TRABALHO: CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE AÇÕES PARA FORTALECER A ABORDAGEM INTERPROFISSIONAL ENTRE OS CONSELHOS DAS PROFISSÕES DE SAÚDE NO GRUPO TÉCNICO INTERPROFISSIONAL – GTI – DIMENSÃO REGULAÇÃO

Dra. Ana Cláudia Germani – FMUSP

Revisado: Prof. Dr. Fernando Mussa Abujamra Aith – FMUSP

Inicialmente, é importante destacar o foco do trabalho do seminário: a prática colaborativa interprofissional, que segundo a Organização Mundial de Saúde “ocorre quando profissionais de saúde de diferentes áreas prestam serviços com base na integralidade da saúde, envolvendo os pacientes e suas famílias, cuidadores e comunidades para atenção à saúde de qualidade em todos os níveis da rede de serviços (grifo nosso)”.

Nesta perspectiva, D’Amour (2005) insere as práticas de regulação como um dos componentes no nível macro da interprofissionalidade, ou seja, aspectos sistêmicos, envolvendo questões políticas, socioeconômicas, culturais¹ que são essenciais para que a interação efetiva entre profissionais aconteça.

Para a Oficina, o conceito de regulação a ser trabalhado envolve três dimensões que se inter-relacionam: regulação do exercício profissional; regulação da formação de profissões de saúde (graduação e pós-graduação) e; regulação das políticas públicas de saúde.

Como ponto de partida, adota-se o conceito de regulação proposto por Aith et al (2017 –prelo), a saber:

“função estatal de titularidade comum aos três Poderes do Estado – Legislativo, Executivo e Judiciário – que reúne em seu conteúdo uma gama diversificada de atividades voltadas a intervir na sociedade, seja emitindo normas jurídicas legais e infralegais, seja assumindo integralmente determinadas responsabilidades sociais, para seu exercício de forma direta, seja induzindo a sociedade para que desenvolva ações

¹ Os outros dois níveis – micro e meso - propostos pela autora serão trabalhados pelos eixos educação e prática profissional.

em busca dos objetivos do Estado, seja impondo aos particulares sanções voltadas à preservação do interesse público”.

Nesta direção, é válido ilustrar a gama de atividades normativas três segmentos complementares:

1- Leis que regulamentam as profissões da saúde e criam os correspondentes Conselhos profissionais e resoluções normativas dos Conselhos Profissionais, que possuem competências normativas-regulatórias sobre o exercício profissional de suas respectivas profissões;

2 - Leis, resoluções e pareceres que dispõem sobre a formação dos profissionais da saúde (LDB, Diretrizes Curriculares Nacionais);

3 – Leis, Decretos, Portarias e Resoluções normativas que estabelecem Políticas Públicas de Estado e de Governo no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, editadas pelas gestões federal, estaduais e municipais, que preveem práticas colaborativas entre diferentes profissionais da saúde (Política Nacional de Atenção Básica, Política de Práticas Integrativas e Complementares, entre outras)

Cabe assinalar que cada um dos conjuntos de normativas mencionados é bastante heterogêneo se considerarmos os diferentes Ministérios envolvidos, as 14 profissões da saúde que contam, cada qual, com um Conselho Profissional regulador e, ainda, a complexidade federativa brasileira.

Além da necessidade de identificação das particularidades e do desenvolvimento de pontos de interface entre cada dimensão da regulação, um segundo desafio a ser enfrentado refere-se à harmonização entre a miríade legislativa e normativa que versa sobre a formação e o exercício profissional no campo da saúde, em especial no âmbito das políticas estratégicas do SUS.

A construção de uma agenda de ações voltadas ao aperfeiçoamento do arcabouço regulatório é decisiva para as práticas colaborativas (e para a educação interprofissional).

Bibliografia

1_ OMS. Marco para a ação na educação interprofissional e práticas colaborativas.2012. 64 p. Disponível em: http://new.paho.org/bra/images/stories/documentos/marco_para_acao.pdf%20

2- D´Amour D, Oandasan I. Interprofessionality as the field of interprofessional practice and interprofessional education:an emerging concept. Journal of Interprofessional Care. 2005. S1:8-20.

3 - Aith F, Germani ACCG, Germani G, Balbinot R. Regulação do exercício de profissões de saúde no Brasil: fragmentação e complexidade do modelo regulatório e desafios para seu aperfeiçoamento. Revista de Direito Sanitário.Prelo.

Anexo 11. Programa do 2º Seminário: A Prática Colaborativa Interprofissional

**PRO
GRA
MAÇÃO**

2º Seminário:

A Prática Colaborativa

Interprofissional

Local:
DRS VII Campinas

Data:
10/08/2018

Horário:
8h às 16:30h

Horários	Atividade
8h 8:30h 8:30h 8:45h	RECEPÇÃO E ENTREGA DO MATERIAL ABERTURA Diretora da Diretoria Regional de Saúde - DRS 7 Campinas: Dra. Mirella Povinelli Coordenadora do Grupo Técnico Interprofissional - GTI: Dra. Floracy Gomes Ribeiro Coordenadora Geral do Seminário: Professora Eliete Maria Silva
8:45h 11h	MESA REDONDA "A importância da integração interprofissional e o desafio nas suas dimensões de educação, prática e regulação". Coordenação: Fga. Cibele Siqueira
8:50h 9:20h	EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL Professora Eliete Maria Silva, Maria de Lourdes Zanolli e Helenice Yemi Nakamura
9:20h 9:50h	ATUAÇÃO INTERPROFISSIONAL NA PRÁTICA Edson Malvezzi
9:50h 10:20h 10:20h 10:50h	COFFEE BREAK REGULAÇÃO INTERPROFISSIONAL Mauro Antônio Pires Dias da Silva
10:50h 12h 12h 13:30h	DEBATE ALMOÇO
12:30h 16:30h	OFICINA DE TRABALHO - METODOLOGIAS ATIVAS "Construção de uma agenda de ações para fortalecer a abordagem interprofissional pela DRS Campinas" Coordenação: Profa. Erica Verderi Facilitadores: Educação - Prof Dra. Dalvani Marques e Prof Dra. Débora de Souza Santos Prática - Enf. Jéssica de Aquino Pereira e Renata Lucia Gigante, MS Regulação - Enf. Jennifer Bazilio Monitores GTI: Educação - James Francisco Pedro dos Santos - COREN Prática - Roberto Martins Figueiredo - CRBm Regulação - Andrea Batista de Mariano - CRQ
16:30h	ENCERRAMENTO

DETALHAMENTO DA OFICINA:

13h30 às 13h45
Abordagem Metodológica

13h45 às 15:30h
Discussão em Grupo
15h30 às 16h30



GRUPO TÉCNICO INTERPROFISSIONAL



GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria da Saúde

COMISSÃO ORGANIZADORA:
 Coordenadora Geral do Seminário: Professora Eliete Maria Silva
 Coordenadora do GTI: Dra. Floracy Gomes Ribeiro
 Coordenadora Mesa Redonda: Fga. Cibele Siqueira
 Coordenadora Oficina: Profa. Erica Verderi

Anexo 12. Convite do 2º Seminário: A Prática Colaborativa Interprofissional



2º Seminário:
A Prática Colaborativa
Interprofissional


GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria da Saúde

Secretaria de Estado da Saúde
Convida para o Evento:

2ª Seminário:
A Prática Colaborativa
Interprofissional

Local: DRS VII Campinas
Data: 10/08/2018
Horário: 8h às 16:30h


GRUPO TÉCNICO
INTERPROFISSIONAL

Anexo 13. Certificado do 2º Seminário: A Prática Colaborativa Interprofissional



Anexo 14. Fotos do 2º Seminário: A Prática Colaborativa Interprofissional



FOTO 1 – Grupo do GTI e DRS e UNICAMP - Campinas no 2º Seminário: A Prática Colaborativa Interprofissional



FOTO 2 – GTI da esquerda para direita Luís Eloy, Roberto, Luciana, Andrea, Floracy, James, Cibele, Natali e Marco Antonio



*FOTO 3. Mesa da Manhã: Coordenadora **Cibele Siqueira** do GTI, pelo Dr **Mauro Antônio Pires Dias da Silva**, Coordenadora do Evento professora **Eliete Maria Silva**, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e **Edson Malvezzi**, da Secretaria Municipal de Saúde*



FOTO 4. Panorâmica do 2º Seminário: A Prática Colaborativa Interprofissional.